

ATA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 06/05/2013

Iniciada às 15H00 e encerrada às 18H00

Aprovada em 20/05/2013 e publicitada através do Edital n.º 69/2013

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

- 1. Intervenção do Senhor Presidente**
- 2. Intervenção dos Senhores Vereadores**

ORDEM DO DIA

- I. RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE**
 - 1. Semana do Bacalhau – realização de espetáculos nas vias e lugares públicos – alteração de horário de funcionamento - ratificação**
- II. CONTABILIDADE E FINANÇAS**
 - 1. Situação financeira – conhecimento**
 - 2. EDP Serviço Universal, SA - fatura nº 10352330754, de 25/06/2009 - ratificação**
- III. PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO**
 - 1. Doação de bens móveis ao CBS – equipamento informático**
- IV. ESTRUTURAÇÃO URBANA**
 - 1. Óscar da Cunha Dias - obras de urbanização - operação de loteamento sito em Rebola/Trouxemil–Regt.º 28611/2011**
- V. FISCALIZAÇÃO**
 - 1. Jorge Póvoa Dinis – obras de urbanização – receção provisória e pedido de autorização de utilização – Vale Pinheiro – Bordalo – Regtºs. nºs. 10019/2013, 6156/2012, 6155/2012 e 47933/2012**
- VI. CADASTRO E SOLOS**
 - 1. Venda da parcela de terreno sito em S. Romão a Acácio Marques & Filhos – Sociedade de Construções, Lda.**
- VII. MOBILIDADE E GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO**
 - 1. AMI – Assistência Médica Internacional/Delegação Centro – Corrida pedestre e caminhada “Pontes da Amizade” – apoio – ratificação.**
- VIII. GESTÃO DE OBRAS**
 - 1. Escola do 1.º CEB da Marmeleira – Construção de Refeitório – Receção Definitiva/Libertação da Garantia Bancária**
 - 2. Rancho Folclórico e Etnográfico “As Moleirinhas de Casconha” – apoio**
- IX. CENTRO HISTÓRICO**

1. Irene de Oliveira Arménio – Prédio sito em Beco da Anarda n.º 8 a 10 – Fração B – eventual exercício do direito de preferência – ratificação
 2. Maria Isabel Martins de Brito Monteiro de Almeida Matos – Prédio sito em Rua Ferreira Borges, n.ºs 156 a 160 e Rua dos Gatos n.º 27 - eventual exercício do direito de preferência – ratificação
 3. Fernando dos Santos dos Ramos Taipina – Prédio sito em Rua da Sofia n.º 149, 149A e 149B e Rua João de Ruão (Edifício Sofia) - eventual exercício do direito de preferência – ratificação
 4. Listagem de processos despachados pelo Sr. Presidente - conhecimento
- X. ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO**
1. Dia da criança na piscina – proposta de atividade
- XI. AMBIENTE**
1. Reparação da Superestrutura da Viatura de Recolha de RSU Matrícula 44-43-RU (Frota 1153) – Parecer Prévio Vinculativo
- XII. AÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA**
1. Universidade de Coimbra e Associação Académica de Coimbra – Protocolo de Colaboração
 2. Dia mundial da criança e dia internacional da família – aldeia das oficinas – aquisição de serviços
 3. Gabinete de Apoio ao Município – apresentação de projeto
 4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra – contratação em regime de prestação de serviços
 5. Há Noites Assim! – ocupação de espaço e isenção de taxas e licenças
 6. Casa de repouso de Coimbra – programa de refeições
 7. Centro de Noite Telha Amiga – apoio
 8. Sociedade S. Vicente de Paulo - subsídio
- XIII. PROMOÇÃO E REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO**
1. José Nascimento Barata – Prédio sito em Rua Guerra Junqueiro n.º 3 – Posse Administrativa
 2. Reparação de 35 Habitações (PROHABITA) no Bairro da Fonte da Talha – Libertação de Valores Retidos
 3. Imóvel sito na Rua do Moreno, nº 7 – vistoria
 4. Imóvel sito na Rua Vila Mariana, nº 89 – Fala – posse administrativa
 5. Imóvel sito na Rua de Saragoça, nº 25 – águas furtadas – vistoria
 6. Imóvel sito no Terreiro do Marmeleiro, nºs 9 e 10 – vistoria
 7. Beneficiação e Tratamento dos Espaços Comuns dos Imóveis Municipais do Bairro da Fonte da Talha - vistoria
- XIV. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL**
1. Daniela Mendes Batista – realojamento – Urbanização do Loreto, Lote 4 – 8º A
- XV. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
1. Aquisição de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – adjudicação – ratificação
- XVI. ASSUNTOS DIVERSOS**
1. Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego – Transferência de Contrapartida Nacional para a Agência para o Desenvolvimento de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego 2013.
- XVI. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- XVII. ADENDA**
- XVII.1. MOBILIDADE E GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO**
1. Passagem Hidráulica sob a ex- EN1 – Rio dos Fornos – Construção – Receção Definitiva de Preços
- XVII.2. GESTÃO DE OBRAS**
1. Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra – Revisão de Preços Provisória n.º 9
- XVII.3. CENTRO HISTÓRICO**
1. Aníbal José Mendes Ginja Brandão dos Santos Viegas – Imóvel sito em Rua Antero de Quental n.ºs 21/ Sé Nova – Atribuição de Nível de Conservação
- XVII.4. QUALIDADE DE VIDA**
1. Colégio dos Órfãos de S. Caetano da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra - Apoio
- XVII.5. ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO**
1. 6.ª Caminhada Solidária – Parque Manuel Braga – Apoio

2. **Liga de Futsal Amadora de Coimbra – Taça das Regiões do Futsal Amador – Utilização do Pavilhão Multidesportos**
 3. **Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição – Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade” – 7.º Festival de Natação “A Brincar com o Vigor” - Apoio**
- XVII.6. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL**
1. **Projeto Trampolim – Programas Escolhas 5.ª Geração – Entidade Gestora, Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola n.º 10 – CASPAE – Atribuição de Subsídio**
- XVII.7 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
1. **Adesão à Candidatura do Projeto PETITE e Comparticipação Financeira da Comissão Europeia**
 2. **Projeto CH4ALLENGE – Participação da Cidade de Coimbra**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Paulo Jorge Carvalho Leitão
 Luís Nuno Ranito da Costa Providência
 Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco
 José António Pinto Belo
 Carlos Manuel Dias Cidade
 Rui Pedro Gonçalves Duarte
 João Pedro Fernandes Trovão
 Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Ana Maria Rodrigues Malho, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Apoio Jurídico e Administrativo, coadjuvada por Patrícia Silveira e Goreti Lopes, Técnicos Superiores.

O Sr. Vereador António Manuel Vilhena entrou no decorrer da reunião como então se fará referência.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente

O Sr. Presidente deu início à reunião apresentando um conjunto de assuntos não agendados, cuja admissibilidade será votada pelos Srs. Vereadores adiante. Destacou a comemoração dos 90 anos do Café Santa Cruz, que recriará o jantar de abertura daquele estabelecimento ao qual se propõe hoje a atribuição da Medalha de Mérito Empresarial, pelo importantíssimo papel de dinamização da Baixa.

Intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão

1. Convento de S. Francisco

O Sr. Vereador explicou que um dos pontos a admitir à ordem do dia de hoje tem a ver com a aprovação da minuta do contrato do 2º adicional de trabalhos a mais e a menos, já aprovado por esta Câmara Municipal em março. Quanto ao outro item sobre o Convento, explicou tratar-se de uma informação que diz que a CMC, tendo terminado o prazo da referida empreitada no dia 2 de março, teria duas opções a aprovar: uma prorrogação graciosa ou multas ao empreiteiro. Foi entendimento da equipa técnica que acompanha a empreitada propor a este Executivo prorrogar graciosamente o prazo da empreitada em mais 60 dias e então, a partir desse momento, começassem a ser aplicadas

multas. Visto que houve um atraso na elaboração das minutas destes adicionais (este segundo e um 3º que ainda há de vir para aprovação), e de forma a sanar qualquer tipo de ilegalidade, vem hoje aqui esta proposta da equipa técnica, concluiu.

2. Candidatura da UC a Património Mundial da Humanidade

Relativamente às notícias ontem e hoje veiculadas sobre este assunto pela UC, disse que o parecer do Icomos sobre a candidatura, apesar de ser uma excelente notícia, não é 100% aquela que esperava: julgava que seria obtido um parecer favorável incondicional. Ao invés, o Icomos reconhece a integridade, a autenticidade e a qualidade do Bem candidato, bem como as medidas de proteção do Bem já aprovadas pela UC e pela CMC, mas pede ao Estado membro para fazer um ponto de situação relativamente à implementação dessas mesmas medidas. Sobretudo no que concerne aos períodos previstos para aprovação do PDM e implantação da proteção das bacias visuais do Bem. Outro “espinho”, que pensa decorrer de uma gralha do Icomos, é o facto de aquele organismo afirmar que o Bem ainda não está protegido mas está, porque isso decorre da própria legislação nacional, que consagra que o Bem está protegido a partir do momento em que é candidato do mesmo modo que o está um outro Bem que já seja património nacional. Esta questão já surgiu há um ano atrás, com a candidatura de Elvas, e é algo que o Icomos se encarregará de esclarecer na Assembleia Geral da Unesco. Portanto, as notícias são boas, o parecer do Icomos faz rasgados elogios ao estado de conservação da Alta de Coimbra e ao trabalho que a Autarquia tem desenvolvido e ao estágio de recuperação do património edificado na Alta (já não na zona candidata mas na zona de proteção) e considera válidos os critérios pelos quais a Universidade de Coimbra se candidatou a Património da Humanidade, concluiu.

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Consignação da empreitada de requalificação do Bairro da Fonte da Talha

Manifestou a sua satisfação pelo facto de no passado dia 3 de Maio se ter efetuado a consignação da empreitada de requalificação do Bairro da Fonte da Talha. Salientou que se deu início à requalificação de 24 habitações daquele Bairro Municipal da cidade graças ao empenho e esforço da Autarquia. Recordou que a empreitada que ora se inicia estava incluída nas intervenções a realizar no âmbito do programa Prohabita, estando inicialmente aprovado o seu financiamento em cerca de 50% por fundos a atribuir à autarquia de Coimbra pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), conforme o Acordo de Colaboração celebrado entre as duas entidades, em 2005. Tendo o atual Governo de Passos Coelho e Paulo Portas suspenso tal programa, o Sr. Vereador propôs de imediato à Câmara um plano alternativo de intervenção na requalificação dos Bairros Municipais. Deste modo está em curso uma empreitada de requalificação de 9 habitações no Bairro da Rosa, deu-se início a esta empreitada de requalificação de 24 habitações na Fonte da Talha e durante o Verão dar-se-á início a outra empreitada de reabilitação de mais 24 fogos no Bairro de Celas. A empreitada agora iniciada no Bairro da Fonte da Talha por cerca de 390 mil euros, permitirá melhorar as condições de vida de várias famílias do concelho. O Sr. Vereador Francisco Queirós sublinhou como significativo este esforço do seu Pelouro, em claro contraciclo para a construção civil no concelho, reafirmando que não desiste, apesar dos contratemplos provocados pelo Governo, de tudo fazer para reabilitar os bairros municipais e procurar mais e melhores situações habitacionais para a população do concelho de Coimbra.

2. Estacionamento nos bairros de Celas e da Fonte da Talha

Transmitiu, mais uma vez, a insatisfação dos moradores do Bairro de Celas relativamente às condições de estacionamento no bairro. O Sr. Vereador exigiu que se resolva o problema dos que, apesar de pagarem ao município um título especial de estacionamento para moradores, dificilmente conseguem estacionar os seus veículos dentro do bairro junto às suas habitações. Recordou que por diversas vezes a Associação de Moradores do Bairro tem levantado o problema a que tem dado voz, sendo sempre respondido que os serviços competentes da autarquia estão a estudar as soluções adequadas, sem que contudo se vislumbre qualquer solução. Fez igualmente eco, de novo, de reivindicações relativamente ao estacionamento e trânsito no Bairro da Fonte da Talha que, tal como defende a Associação de Moradores, poderá ser resolvido com a simples alteração da sinalização de trânsito, já que atualmente o acesso e retorno ao fim do bairro é frequentemente impossível devido ao estacionamento desregrado, o que põe em causa, para além do acesso dos moradores, a circulação livre de veículos de emergência em caso de necessidade.

3. Comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio

Saudou a população de Coimbra pela adesão muito viva e significativa às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. As comemorações populares do 25 de Abril, a que a Câmara aderiu, foram promovidas por cerca de 45 entidades diversas, multiplicando-se em muitas iniciativas. O desfile do dia 25 de Abril constituiu o momento alto das comemorações com a participação de milhares de pessoas. A cidade, como há muitos anos não se via, saiu à rua em protesto e reivindicando os valores da revolução de Abril. A festa associada à luta demonstrou sem dúvida a disposição

dos conimbricenses em não se vergarem, nem desistirem de exigir outro rumo para o país. As comemorações do Dia do Trabalhador, 1.º de Maio, (re)confirmaram, aliás, este ânimo dos trabalhadores e da população em geral.

Intervenção do Sr. Vereador João Pedro Trovão

1. Cortejo da Queima das Fitas

Sendo o Cortejo o ponto alto da Queima das Fitas, julga que é também o momento para refletir sobre que futuro (ou falta dele) terão os estudantes prestes a concluir os seus cursos universitários, sobre o que tem a nossa cidade a oferecer a estes jovens quadros formados em Coimbra e que, a médio e longo prazo, se tornará num problema estrutural para Coimbra e para a Região. A própria capacidade para atrair novos estudantes está a reduzir-se, uma vez que quando os jovens ponderam estudar numa cidade longe de casa já ponderam o fator empregabilidade e Coimbra está longe de ter números aceitáveis a esse nível, frisou.

A crise não pode ser desculpa para tudo e, apesar dela, há bons exemplos de sucesso, afirmou, exemplificando com o caso da Bosch, empresa alemã que não só mantém todos os postos de trabalho em Portugal como já prometeu reforçar o investimento, nomeadamente em investigação e desenvolvimento. Em contrapartida, a EDP, que todos os anos gera lucros avultados, reduziu ao mínimo a sua atividade em Coimbra, colocando o comando e o despacho no Porto. Na opinião do Sr. Vereador, a cidade deveria ser compensada por essa redução de operacionalidade com a instalação de um pólo de investigação e desenvolvimento da EDP em Coimbra. O IParque está praticamente deserto e estes exemplos que deu, em tempo de crise, poderiam de certa forma ser um eixo estrutural para tentar dar algum alento à política económica do concelho. Mas tal requer um esforço grande de diálogo, fomentar a atratividade económica de Coimbra, ter capacidade reivindicativa e uma política séria de desenvolvimento económico, coisa que nos últimos dois anos pouco ou nada existiu, criticou.

2. SMTUC

O Sr. Vereador disse que fez algumas pesquisas na Internet acerca dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e deparou-se com algumas informações interessantes, sobretudo no site TrolleyMotion, que refere num *post* de 15 de abril a redução de tróleys em Coimbra, sobretudo a linha 103, no período da manhã e final de tarde. Continua a não haver serviço durante as férias, sobretudo no verão, apesar de nessa altura a cidade acolher muitos turistas que vão visitar a Universidade. O site refere também a necessidade premente de intervenção na rede de tração e fala sobretudo na aquisição de troleicarros em segunda mão, pelo que recomendou a leitura do artigo ao Sr. Presidente, que é também o Presidente do Conselho de Administração dos SMTUC. Estas reduções já refletem os estudos de há um mês atrás, concluiu, porque reduzir carreiras nos períodos da manhã e do final da tarde de forma desarticulada com a restante rede pode levar a uma diminuição da procura, que tem vindo a ser notada nos últimos meses e anos.

Acresce a opinião técnica dos serviços, que reconhecem a necessidade de intervenção eminente na rede. Quanto à aquisição dos tróleys em segunda mão, e face à redução do número de carreiras que preconiza a medida nas linhas anunciadas, questionou quantas viaturas está previsto adquirir e o que é que isso significa em termos de investimento para o Município. Questionou ainda a devolução das duas viaturas que estavam gentilmente cedidas pelos Serviços de Transportes Coletivos do Porto (uma normal e uma longa). Ou seja, os estudos referidos pelo Sr. Presidente há cerca de um mês já estão a dar frutos, só que ninguém fala disso, concluiu.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Novas medidas anunciadas pelo Primeiro-ministro

Sobre os novos cortes anunciados, o Sr. Vereador disse que só lhe ocorria uma conclusão: agarrados ao Poder e o País que se lixe. Este é, na sua opinião, o melhor resumo das medidas anunciadas para o futuro imediato, que mantêm a mesma linha de sobrecarregar os que já estão mais sobrecarregados. E numa cidade como Coimbra essas medidas terão gravíssimas consequências do ponto de vista económico-social.

Notou também que, por coincidência ou não, após a demissão do ex-secretário de Estado Paulo Júlio e da do seu próprio ministro, Miguel Relvas, também o Presidente da República se manifestou contra o que o Sr. Vereador apelidou de miserável ataque ao Poder Local Democrático. E referiu-se, por exemplo, à perda de competências dos municípios para as Comunidades Intermunicipais – com poderes grandes e custos elevados, sem que o Povo os tenha elegido para tomar este tipo de decisões. Preocupa-o bastante a nova Lei, sobretudo no que concerne à agregação de freguesias. Aproxima-se um ato eleitoral e o que se constata é uma grande falta de informação e muita desorientação, com consequências muito graves do ponto de vista da participação de todos os cidadãos nessas eleições autárquicas a realizarem-se no último trimestre do ano. Neste sentido, questionou o Sr. Presidente sobre que medidas estão a ser tomadas pela Autarquia de Coimbra e que orientações lhe têm chegado do Governo relativamente a esta matéria.

2. Carta enviada ao Sr. Presidente da República sobre o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos

Disse que gostaria de ter acesso ao conteúdo da carta enviada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, subscrita até agora por mais de 60 municípios portugueses. Lembrou que o Partido Socialista esteve desde o início contra este processo de fusão e saudou o facto de o Sr. Presidente ter, entretanto, mudado de opinião e concordar agora com o PS. Acrescentou que a CMC, enquanto acionista, tem uma parte significativa da ERSUC e que está em curso um processo de privatização da parte dos resíduos. Naturalmente que este será um processo muito mais fácil que o das águas, já que relativamente aos resíduos o processo está organizado de outra maneira. Mas isto não invalida que os municípios, e muito particularmente a CMC, enquanto grande acionista da ERSUC, tenham uma palavra a dizer. E claro que as questões que se colocam relativamente às águas também se colocam relativamente aos resíduos.

3. Encerramento de estações dos CTT

Este assunto foi, numa primeira fase, menosprezado por uma intervenção do Sr. Presidente, acusou, acrescentando que posteriormente fizeram-lhe ver que a situação não era assim tão banal, aliás, a situação ainda é mais grave do que o PS julgava. Denunciou que, neste momento, as intenções da administração dos CTT relativamente à cidade e ao concelho de Coimbra são muito graves, alertou, explicando que os CTT preparam-se para deixar abertas apenas três estações de correios na Lusa Atenas: A da Solum (curiosamente visitada pelo Diretor Geral dos CTT há poucos dias, que pensava que a estação funcionava numa garagem, ironizou), a do Vale das Flores e a da Av. Fernão de Magalhães. Todas as outras encerrarão, informou, e, ao contrário do que se deu aqui a entender na última sessão relativamente ao Fórum, a questão que está em cima da mesa para ali não é a abertura de uma estação mas antes dar os serviços a um quiosque. Na opinião do Sr. Vereador, isto é muito grave, a acumular com a questão do centro de tratamento. O objetivo do Conselho de Administração é única e simplesmente privatizar os CTT mas não o podem fazer à custa do sacrifício dos cidadãos de Coimbra e, certamente, de todos os do resto do país, porque este não é caso único.

4. Queima das Fitas

Relembrou a questão que colocou na última reunião, relativa aos residentes na Calçada de Santa Isabel e devido ao Baile de Gala, que o Sr. Vereador Paulo Leitão na altura garantiu estar assegurada. Mas não estava. Nada foi salvaguardado e as pessoas depararam-se com inúmeras dificuldades para acederem às suas casas, criticou. E quando se queixavam à Polícia a resposta era que tinham ordens da CMC para que fosse assim.

Outro aspeto menos positivo tem a ver com a limpeza das ruas. E deu o exemplo da Estrada do Tovim, onde as pessoas têm de deixar os passeios e passar pela estrada porque estes estão transformados em matagais. Nesta altura da Primavera, em que a vegetação cresce mais facilmente após um período de chuvas, exigia-se mais cuidado, porque não é só porque fica feio, é também a segurança que está em causa.

5. Celebração de protocolos de apoio

Solicitou o esclarecimento da Sra. Vice-presidente a respeito da assinatura de uns protocolos com uma orquestra que não é de Coimbra, é do Norte. O Sr. Vereador reconhece que este Executivo tem uma tendência para menosprezar aquilo que é nosso e querer alimentar o que é de outras regiões. Já aconteceu com as indústrias criativas e agora surgem estas notícias, que não entende.

6. Candidatura da UC a Património Mundial da Humanidade

Sobre este assunto, deixou no ar a pergunta: quem olha da margem esquerda para a encosta da Universidade, para além da Torre, o que é que vê mais?

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Atualidade desportiva da quinzena

Felicitou as secções de desportos náuticos e judo da Associação Académica de Coimbra pelas competições realizadas no passado fim-de-semana e deixou uma nota sobre o basquetebol na cidade de Coimbra, que foi uma aposta da CMC assumida e diferenciada sobre esta modalidade e que teve no passado fim-de-semana resultados interessantes: a equipa feminina do CAV (ex Clube PT) subiu à primeira divisão, a equipa masculina sub 20 do Olivais garantiu o acesso à Final da Taça de Portugal e a equipa principal masculina da AAC, tendo empatado os jogos que foi realizar à Madeira, está dependente de ganhar os dois jogos em Coimbra para disputar a Final do Campeonato Nacional da Pró Liga. O Sr.

Vereador salientou que são estes resultados que o vão fazendo acreditar que a aposta nesta modalidade foi acertada e que o Basquetebol continua a justificar os apoios que tem tido por parte da CMC.

Intervenção do Sr. Vereador José Belo

1. Atualidade Política Nacional

Relativamente aos assuntos abaixo identificados, o Sr. Vereador proferiu as seguintes intervenções, que abaixo se transcrevem:

“Está-se a viver um momento que não é fácil para a grande maioria dos portugueses.

Mas o que sinto, no contacto com as pessoas, nas ruas, nos cafés, nos autocarros, é que as pessoas falam cada vez mais de política. E isto para mim é um sinal que se vive um momento excepcional, que mexe com as rotinas de um habitual desinteresse pela coisa pública. Como se sabe a atividade política, ao longo dos últimos anos, tem gerado nos cidadãos uma grande desconfiança, um grande desencanto. Estes sentimentos, esta falta de fé estão ligados e focados nos protagonistas políticos e até nos grandes pilares da democracia, que são os partidos, sobretudo pelas consequências gravosas de algumas gestões irresponsáveis. Aliás, hoje em dia é quase natural criticar os governantes dada a complexidade da crise e nalguns casos a angústia que alguns sentem. E é também natural que estas críticas e sobretudo os seus mais entusiastas protagonistas sejam sensíveis a uma visão de leite e mel, às ideias bonitas que na sua singeleza parecem poder salvar o mundo. Por isso não pode surpreender que perante alguma insatisfação que grassa haja manifestações bem gordas. Daí ser preciso que os partidos continuem a ser geradores de soluções e não causa de problemas e suspeições, porque o seu privilegiado papel faz-se sentir, para o bem e para o mal, em toda a rede de interesses que atravessam a sociedade portuguesa. No sistema que temos eles são a chave de muitos dos problemas que nos rodeiam. Mas há muitos cidadãos que não acreditam nisso, porque pensam que eles deixaram esgotar o tempo que lhes tinha sido dado. E vai daí usam os argumentos/instrumentos ao seu dispor, porque se julgam cansados com a falta de atenção prestada às suas convicções, às suas causas, às suas ideias e projetos. Por outro lado, há muitos jovens que se sentem condenados a uma vida sem futuro e a quem urge devolver a esperança. Estão impacientes. É natural.

Entre nós o Movimento de Cidadãos, em Coimbra, tem vindo a capitalizar algum descontentamento que grassa em algumas áreas da intervenção política, que tem assumido posições irresponsáveis fugindo, como o diabo da cruz, dos compromissos que foram assumidos para salvar Portugal da bancarrota. Não surpreende, por isso, que tenham apresentado, no pretérito dia 26.04.2013 os seus cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal. Impõe-se, portanto, uma saudação, como aliás já fiz em relação a todos os candidatos em jogo. Mas não resisto a dar-vos a resposta que obtive de um bom amigo que anda entusiasmado com este Movimento.

Disse-me ele:

O que é que queres?

Na nossa área não há ambição.

Continua tudo a cheirar a passado, a fórmulas já gastas.

Querem vender-nos gato por lebre.

Nós queremos dizer às pessoas coisas novas.

O emblema onde costumamos votar não sabe o que quer.

Pus o meu sorriso contemporizador e disse-lhe que todos temos que aprender a viver com estas formas de participação democrática, que o sistema político prevê.

“É a vida”, como diria o sábio barbeiro lá da minha aldeia”.

2. Águas de Coimbra

“A segunda nota tem a ver com a questão da Águas de Coimbra. Quem é de Coimbra, quem gosta de Coimbra, quem é do Concelho, tem que se rever e apoiar a firme posição que o Presidente está a assumir nesta matéria onde a Sra. Ministra do Mar está a revelar alguma insensibilidade social, num período tão delicado para as famílias portuguesas.

Sabe bem à auto estima de Coimbra, ter uma cidade, através do seu Presidente de Câmara, a liderar um Movimento Nacional que já conta com assinaturas de mais de 50% dos Concelhos do País, apelando ao Senhor Presidente da República para não promulgar o respetivo diploma.

A Coimbra liderante, responsável, irreverente, moderna, a deixar a sua pegada em grandes movimentos nacionais, está aí de novo. Coimbra tem voz que se está a ouvir como resposta em todo o Portugal. Ainda bem!”

3. Trabalhadores dos serviços de higiene na última Assembleia Municipal

“A terceira e última nota tem a ver com a última reunião da Assembleia Municipal e a colocação, por parte do STAL, de um conjunto de problemas relacionados com as condições de trabalho. As câmaras modernas conhecem bem o valor do diálogo social. Daí não surpreender a sensibilidade manifestada, desde logo, pelo Senhor Presidente, para agendar uma reunião com os representantes dos trabalhadores, após ter dado nota de um desajustamento que houve em relação

ao pedido que tinha sido formulado por estes. São exemplos como estes que fomentam e apoiam o diálogo social, entendido este como algo especial que dá uma natureza democrática às relações laborais, respondendo com mais proximidade aos anseios dos trabalhadores e adaptando-se, também à realidade e às necessidades dos empregadores e trabalhadores da Cidade, do Concelho, da Região e do País. Aliás não fujo à tentação de revelar aqui que uma das primeiras iniciativas que tomou, enquanto Presidente do Conselho de Administração dos SMTUC foi receber a Comissão de Trabalhadores.

Fez o seu dever? Sem dúvida.

Mas quem o faz passado escassos dias depois da tomada de posse, revela uma disponibilidade genuína para o diálogo e concertação sociais, apostando no reforço da cidadania nos locais de trabalho, através dos representantes dos trabalhadores. Quem já foi coordenador executivo de uma C.P.C.S. sente alguma satisfação em ir neste barco.”

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. Atualidade Política Nacional

A Sra. Vereadora começou por felicitar o seu colega de bancada, José Belo, pela belíssima reflexão política que acabou de fazer, que responde a todas as grandes preocupações de todos os portugueses neste momento, assim como às interrogações do Sr. Vereador Carlos Cidade a propósito do estado do país. Disse que acabava de regressar de uma viagem em que constatou que a desilusão com políticos, à esquerda e à direita, a desilusão com o estado dos países, com a condução política da Europa e a crise é geral, ou seja, não é só dos portugueses. Todos os europeus colocam as mesmas questões, e não obtêm respostas. A questão é que os preços das prestações de serviços e dos bens, nesses países, são exatamente os mesmos que os praticados em Portugal e, apesar dos níveis de desemprego em alguns desses países serem muito superiores, as pessoas que têm trabalho auferem remunerações duas e três vezes superiores. Os salários mínimos são igualmente muito superiores e os cortes, apesar de tudo, não são tão violentos nem tão desesperados como em Portugal. Afirmou que, ao contrário do Sr. Vereador Carlos Cidade, não acredita que haja alternativas fortes capazes de estancar estas vicissitudes e encaminhar para direções mais acertadas para responder à crise económico-social vigente. Naturalmente que se assiste a um desgaste do regime, um desgaste do Estado, um desgaste democrático e claro que não pode haver uma cegueira nos cortes: encerra-se tudo para se chegar não se sabe a quê mas provavelmente a nada, criticou. Apesar de tudo, lá fora como em Portugal, julga que as pessoas têm de continuar a trabalhar com um sorriso nos lábios, sem nunca perderem a esperança, com grande bonomia, não alheadas dos momentos difíceis e da crise económico-social que atravessamos mas com espírito de resiliência e perseverança fortíssimo, conjugado com uma grande capacidade de inovação e criatividade.

2. Color Run

A Sra. Vereadora deu os parabéns ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador Luís Providência por terem trazido para Coimbra, no último fim-de-semana, um evento notável: o Color Run. É de iniciativas como esta que o país precisa para combater rapidamente e em força este espírito depressivo, esta angústia e esta sensação de desolação geral.

Intervenção do Sr. Vereador Rui Duarte

1. Queima das Fitas e atualidade política nacional

Foi perentório o sentimento de insatisfação dos estudantes, bem ilustrado em todos os canais televisivos através das imagens do tradicional cortejo académico. Nessas reportagens denotava-se igualmente a frustração familiar de quem investiu tanto na formação dos filhos e não vê qualquer saída profissional para eles. É assustadora a frustração que assola as famílias portuguesas, este vazio de oportunidades que se segue a um tempo de sacrifício e investimento financeiro tremendo de inúmeras famílias portuguesas deve preocupar quem governa os municípios e o País, afirmou. Neste contexto, quis dizer à Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco que mais do que a responsabilidade transversal e as reflexões políticas, intemporais e abstratas que esta fez sobre as fragilidades do nosso sistema político, é preciso que hoje quem tem o instrumento de transformar a vida das pessoas faça de facto alguma coisa. E quem tem esse instrumento é quem foi mandatado pelo Povo para o fazer, porque é assim que a Democracia funciona. O exercício e a arte de governar tem de ser exercido com competência. E o que verdadeiramente o preocupa é que quem tem esse poder em Portugal não está a fazer nada para melhorar a qualidade de vida das pessoas, ao invés, está a piorar essas mesmas condições de vida. Portanto, considera as palavras dos Srs. Vereadores José Belo e Maria João Castelo-Branco de uma enorme elegância mas também de uma enorme desresponsabilização. Se estes dois membros do Executivo, eleitos pelo povo para os representar, se sentem impotentes perante esta crise, que dirão os pais destes estudantes, que saem da Universidade sem perspetiva de um futuro próspero no dia de amanhã. E é por isso que o Sr. Vereador entende que não vale tudo, não vale dizer o que nos apetece e o que melhor nos fica. Não vale tudo só porque vêm aí eleições autárquicas, ou porque o Governo da República é irresponsável, incompetente e já provou essa incompetência e comprovou que não está à altura de fazer Portugal sair desta crise. Portanto, não admite que a Sra. Vereadora faça esta

demarcação tática e estratégica – que não é só sua, é de toda a coligação, que, semana após semana, tem vindo aqui a fazer essa demarcação – porque a considera desprestigiante da Política e não contribui em nada para a qualificação de que o nosso sistema político tanto necessita. Existe atualmente uma coisa a que chama ditadura do comentariado, que influencia também os políticos. Há políticos que comentam comentadores e há outros que se limitam a comentar os comentadores, e vê-se perfeitamente na intervenção do Sr. Vereador José Belo que ele comenta.

Coimbra é uma cidade com características muito específicas, em que muitas famílias trabalham há anos nas funções do Estado, no serviço público, nas escolas, na Autarquia, nos hospitais, nos CTT, etc. E tendo a cidade de Coimbra um forte pendor de serviço público considera que este Executivo deve preocupar-se imenso com as últimas declarações do Sr. Primeiro-ministro. Mas preocupar-se não chega. Ninguém fica sensibilizado porque a Sra. Vereadora está preocupada, afirmou. Aquilo que se espera de quem governa é que faça, transforme, melhore, dê a volta, inspire mudança. E é isso que não se passa nem em Coimbra nem no nosso país, lamentou.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador José Belo, e a propósito da sua intervenção de há pouco, lembrou-lhe que desde o tempo da UDP que há em Coimbra movimentos independentes a quem constituir-se como alternativas aos partidos políticos. Portanto, sobre as tendências da extrema-esquerda, da esquerda mais radical, todos já estão suficientemente esclarecidos. Não há nada de novo nisso, a única novidade é o Sr. Vereador José Belo ter um instrumento de governar e para governar, ter sido mandatado pelos munícipes para transformar as suas vidas e em vez de estar preocupado em dizer como é que vai contrariar os despedimentos na Função Pública com que muitas famílias desta cidade vão ser confrontadas após o anúncio do Primeiro-ministro deste fim-de-semana, estar preocupado com as tendências arquirrivais da esquerda radical em relação aos partidos políticos. A única coisa positiva que desta crise se pode retirar é que no dia de amanhã haverá muito mais portugueses e portuguesas políticos e políticas. E ainda bem, porque tal significa que estaremos civicamente mais responsáveis, coletivamente mais disponíveis para fazer Portugal andar para a frente, concluiu.

2. Encerramento de estações dos CTT

Tal como já referiu o seu colega de bancada, Vereador Carlos Cidade, é de facto preocupante aquilo que os CTT se preparam para fazer em Coimbra. Esta é mais uma ação que vai afetar os cidadãos do concelho e que deveria preocupar o Sr. Presidente. Se, como disse o Sr. Vereador José Belo, a CMC é uma Câmara com voz, espera que essa voz se faça ouvir e que não haja um único trabalhador dos CTT dispensado. Porque isso é que é ter voz, ter voz não é fazer-se ouvir na comunicação social, ter voz é ter firmeza política, ter capacidade de defender os seus, ter uma barreira e um limite e impor essa barreira, com regras democráticas. Se o Sr. Presidente da Câmara se impuser contra este Governo, contra estas decisões, e conseguir impor o seu limite, salvaguardando todos os postos de trabalho, então de facto estaremos perante uma Câmara com voz, concluiu.

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. Resposta ao Sr. Vereador Rui Duarte

Em resposta ao Sr. Vereador Rui Duarte, considerou a sua intervenção absolutamente demagoga e disse não gostar nada de demagogia nem de retórica. Porque o Sr. Vereador pode ter lido, estudado e refletido todas as lições de Democracia, como também ela fez, mas a diferença é que ela própria as viveu e, portanto, não lhe admite que venha tentar dar-lhe lições de Política. A Sra. Vereadora disse ter sobre o seu colega de Executivo essa vantagem de ter vivido a passagem para a democracia, visto o Sr. Vereador Rui Duarte ser muito jovem, e acrescentou que, apesar de todas as dificuldades urgentes, não se sente impotente perante as adversidades municipais e nacionais, antes pelo contrário, como explicará adiante. Assim, resta-lhe concluir que o Sr. Vereador Rui Duarte é um belíssimo candidato a governante e provavelmente, depois de ser governante, a comentador político. Concorde com o Sr. Vereador Rui Duarte que o poder é dado ao político pelo sufrágio popular, e se é dado é para ser retribuído. E reafirmou que não se sente absolutamente nada frustrada nem impotente e que nada do que disse na anterior intervenção é falso, corresponde inteiramente à verdade. Trabalha e sempre trabalhará com a boa disposição e com os instrumentos que lhe foram dados para o fazer, em prol da população de Coimbra. Quanto à suposta “colagem” da Sra. Vereadora à intervenção do Sr. Vereador José Belo, disse que o Sr. Vereador Rui Duarte nem sequer soube destacar as coisas mais importantes que o colega de Executivo disse. Preferiu centrar-se noutras e “colá-la” à questão do independentismo, sobre a qual não teceu qualquer consideração. Aliás porque considera que a Política faz-se em qualquer fórum, por qualquer pessoa, inserida ou não num partido político, num movimento partidário ou como independente. Não defendeu nem criticou os independentistas, como também não o fez o Sr. Vereador José Belo, nem disse que os independentistas são irresponsáveis porque não estão filiados em nenhum partido político. Portanto, não se revê de todo nas palavras do Sr. Vereador Rui Duarte porque o que ele quis pôr na sua boca não foi efetivamente aquilo que disse.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Carta enviada ao Sr. Presidente da República sobre o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos

Relativamente ao processo de privatização das águas, o caminho foi aberto pelo Governo PSD/PP, com a Lei de Delimitação dos Setores, que está em fase final e sobre a qual ainda não ouviu uma palavra ao Presidente da CMC. Por outro lado, do ponto de vista formal, a carta enviada ao Sr. Presidente da República vale o que vale. Se se está contra, é preciso ir mais além do que isto. Foram encomendados estudos/pareceres para se concretizar uma posição forte e, da intervenção do Sr. Vereador José Belo, até se pode depreender que algo está a ser feito, mas o Sr. Presidente nada disse ainda à Câmara a respeito.

Intervenção do Sr. Vereador José Belo

1. Resposta ao Sr. Vereador Rui Duarte

Começou por lamentar não ter ouvido a totalidade da intervenção do Sr. Vereador Rui Duarte, até porque o considera uma pessoa muito lúcida e atenta e aprecia a forma elegante como costuma abordar as questões. Expressou que, independentemente de qual fosse o teor da intervenção, ficava satisfeito, e estranharia era se não houvesse reações a uma intervenção deste género. Como houve, atingiu o objetivo pretendido, que era levar a todos a ideia que possui a respeito dos instrumentos existentes na Democracia, que podem ser exercitados da forma que cada um julgue mais apropriada para defendê-la. Salientou que algumas pessoas pensam que a maneira de reforçá-la e enriquecê-la passa pelo uso destes instrumentos previstos, não devendo existir medo ou receio, quer à esquerda ou à direita.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Maternidade Bissaya Barreto

Quis salientar as comemorações dos 50 anos da Maternidade Bissaya Barreto, não só pelo facto de ser uma data representativa de quem pensou a Saúde em Portugal e deu-lhe corpo, mas porque Bissaya Barreto foi uma figura notável a todos os níveis. Polémico, como sempre são todos os que fazem obra, sendo perpetuados através dos bons exemplos. Ele é um destes exemplos em Coimbra, e no país, sendo também objeto de estudo internacional. Disse fazer todo o sentido referir o assunto naquela reunião, tendo em conta o discurso do Primeiro-Ministro ouvido no passado fim-de-semana, que considera a saúde apenas mais uma das áreas onde se prevê a realização de grandes cortes, principalmente quando se está perante uma deriva liberal da sociedade portuguesa, também tangente ao Serviço Nacional de Saúde. Por isso, aquando das comemorações dos 50 anos da maternidade, não é possível ocultar que, em Lisboa, a grande maternidade de referência do país está, neste momento, quase fechada, o que o Sr. Vereador imputou ao Primeiro-Ministro, com a cumplicidade do líder do CDS e da direita e, principalmente, dos interesses da medicina privada neste país. Acha simbólico o que está para além das comemorações da Maternidade Bissaya Barreto: é o momento de dizer basta ao Governo, a esta deriva liberal e à liberalização das democracias europeias, que obedece a uma estratégia global de vingança alemã do pós-guerra. Um acerto de contas tardio, frisou. Por outro lado, se em Coimbra é comemorado o cinquentenário da Maternidade Bissaya Barreto, tal deveria servir para que se repensassem todas as instituições na área da Saúde, das quais a cidade se orgulha e cujo histórico é bastante significativo, inclusivamente com o reconhecimento nacional e internacional da qualidade técnica e científica de todos os cuidados de saúde associados.

2. Dificuldades em instituições culturais de Coimbra

Questionou a Sra. Vice-Presidente sobre as informações que obteve, de que algumas instituições da área cultural estariam com grandes dificuldades, e que os compromissos assumidos pela Autarquia com as mesmas não estariam a ser cumpridos. Gostaria de ser esclarecido sobre se, de facto, existiam atrasos significativos no pagamento de despesas de funcionamento, já que são básicas.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Encerramento de maternidades

Referiu que algumas intervenções feitas eram pura demagogia, algumas das quais repetidas. Disse que não resistia a perguntar ao Sr. Vereador António Vilhena, quando o Partido Socialista encerrou o serviço de maternidade nos Hospitais de Mirandela e Figueira da Foz, quais foram os grupos privados que beneficiaram do ato.

Intervenção da Sra. Vice-Presidente

1. Conferências Políticas

Agradeceu a todos os que contribuíram para a realização de mais umas Conferências Políticas, uma organização da Câmara Municipal em conjunto com a Fundação Bissaya Barreto, parceria que tem dado bons frutos na área da cultura. Congratulou a fundação, todos os oradores (cerca de quinze), que vieram de todo o país e permitiram uma grande pluralidade ideológica, política e profissional. Compareceram Garcia Pereira, Sérgio Sousa Pinto, Carvalho Homem, Joana Amaral Dias, Clara Ferreira Alves, entre outros, promovendo momentos muito significativos do ponto de vista do debate e da dinâmica das ideias da atualidade política, tendo por base o que se pretendia comemorar: Maquiavel e os 500 anos do Príncipe. Referiu também a Coordenação Científica, feita pelo Dr. Alexandre de Sá, bem como a presença dos jornalistas, em particular da RTP, que cedeu os seus moderadores. Informou que a iniciativa terminou no passado dia 27.

2. Queima das Fitas

Como esteve ligada ao magistério por 38 anos, não podia deixar de fazer uma referência à Queima das Fitas, como celebração coletiva e assunção de sonhos e planos de vida. Sentia que muitos destes planos passavam a frustrações, tentando, todos os anos, adaptar os programas para as saídas para o mercado de trabalho. Disse sentir uma grande amargura, pois tinha alunos excelentes, e, mesmo assim, interrogava-se o que fariam estes estudantes quando já tivessem os seus diplomas. Disse que todos tinham que trabalhar, sem retóricas, e aplicar políticas para obter formas e ideias onde estes alunos pudessem investir o seu conhecimento. Afirmou que tal não se cingia apenas aos políticos, mas fundamentalmente às pessoas ligadas à educação, desde o 1.º ciclo à universidade, permitindo a preparação dos alunos para que apliquem o que aprenderam em pequenas empresas, concursos de ideias, entre outros. Lembrou estar a decorrer o concurso de fotografia, e que acabou de encerrar o Prémio de Música Edmundo de Bettencourt, sendo o vencedor conhecido em breve. Recordou também que encerraram as inscrições para o Prémio Literário João José Cochofel, que obteve o interesse de 200 candidatos, tendo a Sra. Vice-Presidente informado que a Sociedade Portuguesa de Autores não tinha memória de tão grande adesão. Realçou que a Câmara Municipal de Coimbra era a autarquia que mais prémios municipais oferecia, em várias áreas, como a fotografia, a literatura, a música, a arquitetura, etc. Disse sentir-se muito orgulhosa por verificar tal panorama na sua cidade. Por isso, era com muita apreensão que acompanhava os estudantes, a sua formação, a época de crise que se agrava, apelando para que cada um desse o seu contributo, bem como uma palavra de esperança e de incentivo aos jovens. Sugeriu que as pessoas se dedicassem às áreas para as quais fossem mais aptas, inclusivamente candidatando-se a prémios nacionais e internacionais. Disse que o Sr. Vereador António Vilhena era um bom exemplo, sendo um homem que escrevia bem, com sentido de oportunidade para realização pessoal. Lembrou também aqueles que tinham talento para o desporto, aconselhando-os a investirem neste âmbito. Congratulou igualmente a praxe que se tem verificado no evento, que consiste na apresentação de cumprimentos ao Sr. Presidente por parte dos finalistas, os quais deram conta das suas preocupações e honraram a Universidade que estão a frequentar. Agradeceram também o contributo que a cidade, e em particular a Autarquia, lhes presta. A Sra. Vice-Presidente reconheceu gostar da tradição, desejando que a mesma se preserve e melhore cada vez mais este património extraordinário que é a praxe académica, que se cumpriu exemplarmente, até com os toques de bengala nas cartolas dos finalistas.

3. Esclarecimentos ao Sr. Vereador Carlos Cidade

Em relação aos esclarecimentos solicitados pelo Sr. Vereador Carlos Cidade sobre a realização de um protocolo entre vários grupos corais da cidade, alguns dos quais universitários, e uma orquestra, respondeu que a Câmara Municipal de Coimbra nada tinha a ver com o assunto. Sobre isto, só podia dizer que os espaços disponíveis na cidade estavam cada vez mais acolhedores. Portanto, para a assinatura do protocolo em causa, que, em princípio, era celebrado naquele dia, foi solicitada a cedência da Casa da Escrita.

4. Dificuldades em instituições culturais de Coimbra

Sobre a intervenção do Sr. Vereador António Vilhena, que sugeria atrasos nos pagamentos aos agentes culturais da cidade, a Sra. Vice-Presidente salientou que eram dezenas as associações apoiadas pela Autarquia. Por isso, não sabia exatamente a que é que o Sr. Vereador se referia. O Sr. **Vereador António Vilhena** citou o CAV como exemplo. A Sra. **Vice-Presidente** disse que o processo do CAV estava em análise, existindo um protocolo a ser proposto pela Câmara Municipal que estava para ser celebrado, mas que ainda não era pertinente tornar tais assuntos públicos, pois ainda estavam em discussão. O Sr. **Vereador António Vilhena** frisou que a Câmara Municipal estava habituada a assinar protocolos com o CAV, ou seja, o financiamento acordado em protocolos anuais eram desdobrados em protocolos parciais. Perguntou se tal obedecia a alguma engenharia financeira. A Sra. **Vice-Presidente** respondeu que tudo era feito em prol do bem e a favor dos muito estimados agentes culturais locais, que muitas vezes eram injustamente criticados.

Disse que é uma injustiça que uma cidade que possui o Teatrão, uma Casa da Esquina, a Bonifrates, seja acusada de não ter teatro ou cinema. Por isso, só podia afirmar aos vereadores que havia um trabalho muito intenso e acurado para que fosse possível fazer o melhor. Mas como a Autarquia é responsável por outras vertentes, como a área social ou desportiva, nem todos podiam ser pagos em simultâneo, realçou. Mas é feito um esforço neste sentido. Os protocolos são feitos sempre com o objetivo de apoiar, melhorar e incentivar as associações e agentes.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Universidade de Coimbra / Programa ERASMUS

O Sr. Presidente disse que gostaria de chamar a atenção para um assunto que foi notícia nos últimos dias e que, no seu entender, é preocupante e deve merecer uma manifestação de repúdio por parte desta Câmara Municipal. Como é do conhecimento geral, a Universidade de Coimbra tem recebido, nos últimos anos, muitos alunos estrangeiros, designadamente brasileiros que escolhem esta cidade para viver. Acontece que, lamentavelmente, muito dos alunos brasileiros que pretendiam vir este ano para Coimbra foram impedidos pela Presidente Dilma Rousseff de o fazer, já que vetou as Universidades Portuguesas deste processo, alegando que os alunos brasileiros quando vão para o estrangeiro devem ter como principal objetivo aprender uma língua nova. Considera esta decisão lamentável e lembrou que este interesse pela cidade tem projetado a região internacionalmente numa forma que há muito não acontecia e de repente, por uma mera decisão administrativa do Governo Brasileiro, esse fluxo vai ser fortemente limitado o que, obviamente, não é bom para Coimbra e é, no seu entender, particularmente injusto.

O Sr. **Vereador António Vilhena** lembrou que o Ministro da Educação entendeu, recentemente, que as propinas dos estudantes de Erasmus não poderiam ter o mesmo preço das restantes pelo que decidiu aumentá-las. Obviamente que esta medida não foi bem aceite pelas instâncias internacionais e como a Presidente do Brasil não podia responder ao Sr. Ministro da Educação por decreto fê-lo pela forma mais conveniente e que lhe pareceu mais adequada. Evidentemente que acompanha o Sr. Presidente na sua manifestação de repúdio mas entende que esta decisão é meramente política e que, a seu tempo, será devidamente esclarecida e resolvida.

O Sr. **Presidente** respondeu que ainda que assim fosse esta é uma decisão que a Câmara Municipal de Coimbra não poderá aceitar em circunstância nenhuma.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** manifestou, também, a sua preocupação relativamente a esta matéria mas relevou que importa ter em atenção que tipo de programa o Brasil estava a tentar implementar. Na verdade, o que acontece é que face ao elevado número de alunos brasileiros que se encontram a estudar em Coimbra eles acabam por conviver muito entre eles interagindo pouco com a restante comunidade estudantil.

O Sr. **Presidente** disse que de qualquer forma quem deve poder escolher o País de destino é o estudante em causa e a respetiva família e o que se verifica é que há um número muito elevado que optou por Coimbra e por uma mera decisão administrativa ficaram impedidos de vir. Por esta razão quer deixar a sua solidariedade para com a Universidade de Coimbra e os esforços que está a desenvolver no sentido de minorar os efeitos desta decisão infeliz.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que esta questão é da maior importância não apenas para Coimbra mas para todo o País pelo que, eventualmente, mereceria ser discutida a nível diplomático. Esta situação exigiria que, previamente, aqueles que nos governam e têm responsabilidades políticas, quer na área da educação, quer na área da diplomacia, tivessem tentado resolver este problema em tempo oportuno uma vez que já há algum tempo que se tinha conhecimento desta decisão da Presidente Brasileira. Na sua opinião, esta questão não foi tratada com a dignidade e com a responsabilidade política que merecia.

O Sr. **Presidente** lembrou que há cerca de 1 mês o Sr. Ministro da Educação deslocou-se ao Brasil acompanhado de vários Reitores de Universidades Portuguesas, certamente com o objetivo de impedir que isto acontecesse. Por outro lado, informou que esteve recentemente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde este assunto foi também abordado, tendo ficado com a noção clara de que esta era uma matéria que merecia o empenho do referido Ministério, que está a desenvolver todos os esforços para resolver este embaraço.

2. Águas/resíduos

Relativamente a esta questão e a uma eventual fusão dos sistemas de abastecimento de água, o Sr. Presidente disse que não pode deixar de partilhar que, ainda que fugazmente, conheceu o atual Ministro das Finanças quando, ainda estudante, colaborava esporadicamente com a Comissão de Coordenação da Região Centro, hoje CCDR, onde era consultor. Curiosamente, nessa época, era consultor para as questões de descentralização financeira e num seminário organizado pela OCDE, que teve lugar em Coimbra, defendeu afincadamente as virtudes da descentralização financeira.

Ora, no seu entender, estes tempos de grande crise têm um perigo terrível que é o de conduzirem à defesa de uma maior centralização o que, obviamente, dificulta a obtenção de decisões em tempo útil. Este é, pois, um modelo no qual não se revê já que acredita exatamente no oposto: que, perante a crise, a solução é descentralizar, já que esta opção não fica mais cara, contrariamente ao que se tenta fazer acreditar. Teme que estas novas medidas destruam toda uma rede que levou anos a construir e que funcionava de forma razoável. Aliás, se existe um exemplo na Europa daquilo que acaba de dizer, é precisamente a Alemanha, onde se aposta na descentralização e funciona bem. Pensa que em alturas destas seria mais inteligente ousar reformas neste sentido do que voltar à velha teoria que os poderes públicos centralizados ficam mais baratos já que se gerem melhor e tornam-se mais eficientes quando, na verdade, todos os problemas, como é o caso dos swaps, têm surgido na Administração Central. Por esta razão, disse não conseguir perceber por que razão todo o discurso, inclusivamente o discurso mediático, é organizado contra as autarquias e o poder local. Disse, ainda, que esta é uma aposta que tem sido transversal aos vários governos já que desde o ano 2000 que se tem feito uma inversão no caminho que vinha a ser feito na descentralização e, curiosamente, é precisamente este período que coincide com as alturas em que foi menor o crescimento económico do País. Este é, pois, o modelo que defende, já que a Europa em que acredita é aquela onde existem Municípios, Estados em que há um sistema complexo que continua a funcionar em democracia. Na verdade, a democracia, mais que permitir a existência de eleições, é um processo de controlo e verificação das várias instituições/entidades e que exige níveis de poder diferentes todos eles com poder negocial. Quanto à questão das Águas propriamente dita, o Sr. Presidente chamou a atenção que não diz respeito há questão do abastecimento de água, antes cifrando-se, na sua opinião, num verdadeiro ataque à autonomia do Poder Local. Na verdade, até este momento, existem certas matérias que são competência do Poder Local, como é o caso do abastecimento de água e saneamento. Ora, com esta nova lei, qualquer alteração pode ser definida por mera vontade do Poder Central e não por acordo das duas partes, como acontecia até aqui. Ora esta é uma situação que não se pode aceitar e, por essa razão, muitos municípios, designadamente aqueles que veriam o preço da água baixar, estão a aderir a este movimento e a subscrever esta carta por perceberem que é uma questão que vai muito além do caso concreto do mero abastecimento de água. Evidentemente que o Sr. Presidente da República terá oportunidade de tomar a decisão que entender conveniente mas mesmo que o diploma venha a ser promulgado é bom que se perceba que ainda nada é definitivo, uma vez que este é apenas o início de um processo que abre um conjunto de possibilidades que carecem de ser legisladas e que serão objeto de contestação por parte dos Municípios. Já no que concerne aos resíduos sólidos urbanos, o Sr. Presidente esclareceu que tem estado a trabalhar em conjunto com os demais Municípios que integram a ERSUC na tentativa de encontrarem soluções alternativas àquela que atualmente está a ser desenhada. Ainda neste contexto, salientou que recentemente foram feitos investimentos avultados, na ordem dos 40 milhões de euros, na construção das centrais de tratamento mecânico-biológico pelo que as autarquias não estão dispostas a que os mesmos sejam vendidos a baixo preço. Esta é uma matéria, contudo, que está ligeiramente mais atrasada relativamente à do abastecimento de água na medida em que ainda não foram anunciadas medidas concretas pelo Governo.

3. Cortejo da Queima das Fitas

O Sr. Presidente disse que, há semelhança do que acontece todos os anos, teve oportunidade de receber durante a tarde de ontem, na Sala de Sessões, os finalistas da Universidade de Coimbra. Foi um momento simbólico, obviamente, e não pode deixar de reproduzir as palavras de alguém que ontem, ao ver a multidão que desfilava, questionava como seria possível encontrar trabalho para toda aquela gente. É, evidentemente, uma preocupação que está bem patente na sociedade e não pode deixar de notar os sinais e a manifestação de algum desencanto que vários estudantes lhe transmitiram.

ORDEM DO DIA

PONTO I. RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

I.1. Semana do Bacalhau – realização de espetáculos nas vias e lugares públicos – alteração de horário de funcionamento – ratificação

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 15395, de 26/04/2013, da Divisão de Relação com o Município, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6798/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 02/05/2013 do Sr. Presidente, que isentou a Agência de Promoção da Baixa de Coimbra do pagamento de taxas pela realização da iniciativa da Academia do Bacalhau, onde, durante a semana de 22 a 27 de abril, diversos restaurantes da Baixa proporcionaram aos seus clientes diversas especialidades de bacalhau que foram avaliadas por um júri, e cujo resultado do concurso**

gastronómico foi divulgado em 26 de abril, em mais uma edição da Noite Branca, sendo que as mesmas ascenderiam a € 5.840,00;

- Dar conhecimento da presente deliberação à Agência de Promoção da Baixa de Coimbra e Serviço de Polícia Municipal.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO II. CONTABILIDADE E FINANÇAS

II.1. Situação financeira – conhecimento

Foi presente o balancete referente ao dia 03 de maio de 2013, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de € 4.972.014,97 (quatro milhões novecentos e setenta e dois mil catorze euros e noventa e sete cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de € 2.583.463,42 (dois milhões quinhentos e oitenta e três mil quatrocentos e sessenta e três euros e quarenta e dois cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de € 2.388.551,55 (dois milhões trezentos e oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos).

Deliberação nº 6799/2013 (06/05/2013):

- Tomado conhecimento.

II.2. EDP Serviço Universal, S.A. - fatura nº 10352330754, de 25/06/2009 - ratificação

Para o assunto em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 13993, de 15/04/2013, da Chefe da Divisão de Contabilidade e Finanças, que se transcreve:

“De acordo com o despacho do Exmo. Vereador da Cultura de 24/03/2009, exarado na informação n.º 340/SGD 11829, de 24/03/2009, da Divisão de Ação Cultural, foi solicitado ao DOI a colocação de um ponto de luz para ligação de equipamento de som, para o espetáculo na Praça do Comércio no âmbito do Périplo pelas Freguesias, cuja iniciativa foi organizada pela Junta de Freguesia de São Bartolomeu.

O DOI procede ao pedido/contacto à EDP que, posteriormente, debita os custos ao Município.

Sendo que, não foi previamente cabimentado nem comprometido, ainda tratando-se de um custo de um bem/serviço que se substancia num apoio em espécie a uma iniciativa da Junta de Freguesia, os serviços municipais não procederam à organização do competente processo de despesa e submissão a deliberação camarária.

Posteriormente é rececionada a correspondente faturada EDP, para a qual tem sido difícil proceder ao sancionamento da despesa, pois tem-se internamente solicitado a regularização do mesmo.

Dado tratar-se duma fatura de 2009, a EDP aquando da transferência do valor da renda relativa ao 3º trimestre, procedeu à retenção deste montante, dando o documento como pago, resultando que se torna necessário regularizar contabilisticamente esta situação, procedendo ao encontro de contas entre pagamento da fatura e recebimento de valor igual de renda das infraestruturas utilizadas pela EDP.

Sendo um dos princípios contabilísticos o – Princípio da não compensação – em que todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza, proponho que seja sancionado o processo de aquisição com ratificação por parte da Câmara Municipal”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6800/2013 (06/05/2013):

- Aprovar as propostas constantes da informação da chefe da Divisão de Contabilidade e Finanças acima transcrita.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III. PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO

III.1. Doação de bens móveis ao CBS – equipamento informático

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 14549, de 18/04/2013, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6801/2013 (06/05/2013):

- **Aceitar a doação de 3 computadores portáteis à Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra por empresas da área de formação, a saber:**
Dell Intel Core Duo (€ 100,00);
Acer Aspire (€ 50,00);
Fujitsu Siemens (€ 50,00).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV. ESTRUTURAÇÃO URBANA

IV.1. Óscar da Cunha Dias - obras de urbanização - operação de loteamento sito em Rebola/Trouxemil – Regt.º 28611/2011

Para o assunto em epígrafe, com base na informação n.º 532, de 17/04/2013, da Divisão de Estruturação Urbana, e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 22/04/2013, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6802/2013 (06/05/2013):

- **Indeferir o pedido de licenciamento das obras de urbanização, de acordo com os fundamentos enunciados na informação n.º 316/2013/DEU e face aos pareceres desfavoráveis emitidos pela AC, Águas de Coimbra, E.E.M. e EP, Estradas de Portugal, S.A.;**
- **Promover, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RJUE, a audiência prévia sobre a proposta de caducidade do ato de aprovação da operação de loteamento (deliberação da Câmara Municipal n.º 791/2006, de 06/03), nos moldes estabelecidos nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V. FISCALIZAÇÃO

V.1. Jorge Póvoa Dinis – obras de urbanização – receção provisória e pedido de autorização de utilização – Vale Pinheiro – Bordalo – Regtºs. nºs. 10019/2013, 6156/2012, 6155/2012 e 47933/2012

Relativamente a este assunto e com base na informação n.º 771, de 22/03/2013, da Divisão de Fiscalização Urbanística, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6803/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a receção provisória das seguintes obras de urbanização, conforme determina o art.º 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99 com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30/03 e Lei n.º 28/2010 de 02/09 (RJUE):**
 - rede viária;
 - rede de abastecimento de água;
- **Deferir o pedido de autorização de utilização solicitado sob o registo n.º 6155/2012, ao abrigo do disposto no n.º 5 do art.º 4.º e do n.º 1 do art.º 64.º (este consubstanciando o cumprimento do art.º 62.º) do atual Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;**
- **Dar conhecimento da presente deliberação ao DOIE/DVEP, DTO e junta de freguesia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura, ausentou-se o Sr. Vereador Francisco Queirós.

PONTO VI. CADASTRO E SOLOS

VI.1. Venda da parcela de terreno sito em S. Romão a Acácio Marques & Filhos – Sociedade de Construções, Lda.

O Sr. Vereador Carlos Cidade lembrou que na última reunião do Executivo chamou a atenção para o facto de, em São Romão, existirem construções novas que emparedaram as habitações mais antigas, o que provoca a retenção das águas pluviais nos prédios mais antigos, dado terem sido construídos muros nestas moradias, pondo em causa a segurança, quer relativamente às próprias construções e bens, quer de pessoas. Assim, e uma vez que lhe parece que

esta parcela de terreno fica situada nesse local perguntou que diligências já foram efetuadas relativamente a essa situação.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** informou que já se encontra agendada uma vistoria ao local pelo que na próxima reunião certamente já poderá fazer um ponto da situação.

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 12573, de 04/04/2013, da Divisão de Cadastro e Solos, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6804/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a celebração de Escritura de Compra e Venda entre a firma Acácio Marques & Filhos – Sociedade de Construções, Lda. e o Município de Coimbra, proprietário da parcela n.º 5, situada em S. Romão, com a área de 32,90 m2, que confronta de norte e de poente com domínio público municipal, de sul e de nascente com Acácio Marques & Filhos, Lda., correspondente ao prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 9483/20120328 da freguesia de Santo António dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 13572º;**
- **Aprovar a Planta Cadastral e a venda da parcela referida no ponto 1, pelo valor de € 987,00, conforme Deliberação n.º 4145, de 24 de outubro de 2011, a Acácio Marques & Filhos – Sociedade de Construções, Lda., com o Número de Identificação Fiscal 504 072 471, com sede em Rua Padre Estêvão Cabral, Edifício Tricana, Loja 8, Eiras, 3000-316 Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII. MOBILIDADE E GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

VII.1. AMI – Assistência Médica Internacional/Delegação Centro – Corrida pedestre e caminhada “Pontes da Amizade” – apoio – ratificação

Para este assunto, foi elaborada pelo Chefe da Divisão de Mobilidade e Gestão do Espaço Público a informação n.º 15417, de 26/04/2013, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 6805/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 26/04/2013 do Sr. Presidente, que isentou a Delegação Centro da AMI – Assistência Médica Internacional do pagamento de 50% das taxas inerentes à realização da 7.ª edição da corrida e caminhada pedestre Pontes da Amizade, que decorreu no passado dia 28 de abril.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII. GESTÃO DE OBRAS

VIII.1. Escola do 1.º CEB da Marmeleira – Construção de Refeitório – Receção Definitiva/Libertação da Garantia Bancária

Relativamente a este assunto e com base na informação n.º 21714, de 19/04/2013, da Comissão de Vistoria (Divisão de Gestão de Obras), o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6806/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar o Auto de Receção Definitiva da empreitada “Escola do 1.º CEB da Marmeleira – Construção de Refeitório”;**
- **Libertar a garantia bancária n.º 125-02-1488846, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de € 1.929,32, datada de 19 de janeiro de 2009, correspondente a 10% do valor da adjudicação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Rancho Folclórico e Etnográfico “As Moleirinhas de Casconha” – apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 14131, de 16/04/2013, da Divisão de Gestão de Obras, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6807/2013 (06/05/2013):

- **Ceder ao Rancho Folclórico e Etnográfico “As Moleirinhas de Casconha” um palco para o próximo dia 25 de maio, estimando-se o valor da operação de transporte, montagem e desmontagem do equipamento em € 809,72.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX. CENTRO HISTÓRICO

IX.1. Irene de Oliveira Arménio – Prédio sito em Beco da Anarda n.º 8 a 10 – Fração B – eventual exercício do direito de preferência – ratificação

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 15661, de 29/04/2013, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6808/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 30/04/2013 do Sr. Presidente, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fração “B” do prédio urbano sito no Beco da Anarda, n.º 8 a 10, freguesia de Sé Nova, descrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 2464, pelo valor de € 67.500,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Maria Isabel Martins de Brito Monteiro de Almeida Matos – Prédio sito em Rua Ferreira Borges, n.ºs 156 a 160 e Rua dos Gatos n.º 27 - eventual exercício do direito de preferência – ratificação

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 14672, de 19/04/2013, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6809/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 19/04/2013 do Sr. Presidente, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito na Rua Ferreira Borges, n.ºs 156 a 160 e Rua dos Gatos, n.º 27, freguesia de São Bartolomeu, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 848, pelo valor de € 85.000,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.3. Fernando dos Santos dos Ramos Taipina – Prédio sito em Rua da Sofia n.º 149, 149A e 149B e Rua João de Ruão (Edifício Sofia) - eventual exercício do direito de preferência – ratificação

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 14348, de 17/04/2013, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6810/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 18/04/2013 do Sr. Presidente, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fração “EZ” do prédio urbano sito na Rua da Sofia n.ºs 149, 149A e 149B e Rua João de Ruão (Edifício Sofia), freguesia de Santa Cruz, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo n.º 2469, pelo valor de € 1.000,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.4. Listagem de processos despachados pelo Sr. Presidente - conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 15062, de 23/04/2013, do Gabinete para o Centro Histórico, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Presidente, relativos àquele Gabinete, respeitantes ao primeiro trimestre de 2013, cuja relação, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6811/2013 (06/05/2013):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO X. ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO

X.1. Dia da criança na piscina – proposta de atividade

Relativamente a este assunto e nos termos da informação n.º 14950, de 22/04/2013, da Diretora Técnica do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6812/2013 (06/05/2013):

- **Realizar a atividade “Dia da Criança na Piscina” no Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição no dia 1 de junho do corrente ano, com isenção do pagamento de taxas a crianças (0 aos 12 anos de idade) e respetivo acompanhante adulto.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XI. AMBIENTE

XI.1. Reparação da Superestrutura da Viatura de Recolha de RSU Matrícula 44-43-RU (Frota 1153) – Parecer Prévio Vinculativo

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 12099, de 02/04/2013, da Divisão de Oficinas, Máquinas e Viaturas, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6813/2013 (06/05/2013):

- **Emitir, nos termos do art. 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, parecer prévio vinculativo favorável à celebração de um contrato de aquisição de serviços com vista à reparação da superestrutura da viatura de recolha RSU, matrícula 44-43-RU (n.º de frota 1153), pelo valor de € 18.000,00 (acrescido de IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII. AÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

XII.1. Universidade de Coimbra e Associação Académica de Coimbra – Protocolo de Colaboração

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 14390, de 18/04/2013, da Divisão de Ação Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6814/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Universidade de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra, que regulamenta a forma de articulação entre as referidas entidades no encaminhamento e formação de pessoas que se encontrem disponíveis para ingressar em projetos de voluntariado, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Dia mundial da criança e dia internacional da família – aldeia das oficinas – aquisição de serviços

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 4566, de 05/02/2013, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6815/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a realização de atividades recreativas pelas entidades envolvidas no projeto Aldeia das Oficinas, dirigidas às crianças, em pequenas tendas que serão colocadas no Parque Verde Mondego, junto ao cubo Humano³, ação que decorrerá no âmbito do referido projeto para comemorar o Dia Mundial da Criança e o Dia Internacional da Família, no dia 31 de maio entre as 10h e as 15h30, com a estreita colaboração dos meios humanos da Divisão de Edifícios, para transporte, montagem e desmontagem de materiais, devendo-se dar conhecimento à Divisão de Relação com o Município para os devidos efeitos de utilização do espaço público;**
- **Emitir parecer prévio vinculativo favorável à aquisição de bonés desdobráveis de pala, de cor azul forte, tamanho 58 cm, ou sacos com o logotipo da CMC, pelo valor de € 1.500,00, sugerindo-se para o efeito a consulta das empresas MEGA IMAGEM- Promoção e Publicidade, Lda., ARTE e MEIOS e BRINDOURO – Gripo Myid publicidade.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.3. Gabinete de Apoio ao Município – apresentação de projeto

Para o presente assunto, foi elaborada a informação n.º 14786, de 22/04/2013, da Divisão de Ação Social e Família, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6816/2013 (06/05/2013):

- **Tomado conhecimento da criação do Gabinete de Apoio ao Município de Coimbra, projeto que pretende fornecer uma resposta inovadora e original que colmate algumas necessidades dos municípios de Coimbra, principalmente aqueles em situação de risco ou exclusão social.**

XII.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra – contratação em regime de prestação de serviços

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 11003, de 21/03/2013, da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6817/2013 (06/05/2013):

- **Emitir, nos termos do art. 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, parecer prévio vinculativo favorável à celebração de um contrato de aquisição de serviços, pelo período de um ano, com a psicóloga Inês Sofia Silva Pimentel, para integrar a equipa técnica da modalidade restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra, pelo valor mensal de € 1.400,00 (acrescido de IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.5. Há Noites Assim! – ocupação de espaço e isenção de taxas e licenças

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 15658, de 29/04/2013, da Divisão de Ação Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6818/2013 (06/05/2013):

- **Autorizar a ocupação de espaço de cerca de 8m2 na Praça da República, das 14h às 18h entre os dias 3 e 10 de maio, para a colocação da Unidade Móvel do CAD/ARS Centro para a realização de ações de sensibilização e rastreios do VIH/SIDA;**
- **Isentar o CAD/ARS Centro do pagamento de qualquer taxa ou licença no âmbito desta iniciativa.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.6. Casa de repouso de Coimbra – programa de refeições

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada a informação n.º 5719, de 14/02/2013, pela Divisão de Desenvolvimento Social e Família, que se transcreve:

“Pela presente informação, a Divisão de Desenvolvimento Social e Família procede à instrução do processo de despesa relativo ao protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Casa de Repouso de Coimbra no âmbito do programa

de distribuição de refeições aos fins de semana e feriados prestado à população sénior carenciada e isolada do centro urbano de Coimbra.

O programa de refeições “Uma Mesa para os Avós” permite apoiar 45 pessoas em simultâneo, fazendo face a uma das necessidades mais básicas da população – a alimentação.

Atualmente, estão a ser apoiadas 38 utentes, e foram apoiadas até ao momento um total de 113 pessoas carenciadas que, vivendo sós e sem suporte familiar, se encontram numa condição de isolamento bastante grande.

A despesa correspondente à execução do programa implica uma verba prevista em protocolo que vai até ao limite de 17.000€ (dezassete mil euros).

Face ao exposto propõe-se:

1- A cabimentação e compromisso de 17.000€ (dezassete mil euros) na rubrica das GOP 2009: 03 003 2007/57 – 6 Refeições – Casa de Repouso de Coimbra – Transferências Correntes, CO: 04 01 04 07 01.

2- O pagamento mensal dos montantes que serão calculados em função do nº de refeições distribuídas tendo por base a apresentação dos mapas de frequência dos beneficiários, remetidos à Câmara Municipal de Coimbra no final de cada mês pela Casa de Repouso de Coimbra.

O centro de custos desta ação é 0404141.

Junto se remete cópia do protocolo de colaboração e da deliberação de câmara.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6819/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar as propostas constantes da informação n.º 5719/2013 da Divisão de Desenvolvimento Social e Família acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.7. Centro de Noite Telha Amiga – apoio

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 5722, de 14/02/2013, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6820/2013 (06/05/2013):

- **Continuar a apoiar financeiramente a Casa de Repouso de Coimbra, enquanto entidade gestora do Centro de Noite Telha Amiga, através da transferência mensal de um duodécimo da verba no valor de € 84.016,93 prevista na cláusula segunda do protocolo de gestão celebrado entre o Município de Coimbra e a entidade em causa.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.8. Sociedade S. Vicente de Paulo - subsídio

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 14529, de 18/04/2013, da Divisão de Ação Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6821/2013 (06/05/2013):

- **Apoiar o Conselho Central de Coimbra da Sociedade S. Vicente de Paulo através da atribuição de um subsídio no montante de € 7.500,00, para fazer face a despesas de reabilitação do interior do imóvel recentemente doado àquela entidade e que servirá como sua sede em Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII. PROMOÇÃO E REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO

XIII.1. José Nascimento Barata – Prédio sito em Rua Guerra Junqueiro n.º 3 – Posse Administrativa

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 13930, de 15/04/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6822/2013 (06/05/2013):

- **Determinar a posse administrativa do prédio sito na Rua Guerra Junqueiro, n.º 3, propriedade de José Nascimento Barata, ao abrigo do disposto no ponto 1 do art. 91.º e art.º 107.º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março, a fim da Câmara Municipal de Coimbra realizar obras prescritas na notificação n.º 39404, de 03/11/2011.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.2. Reparação de 35 Habitações (PROHABITA) no Bairro da Fonte da Talha – Libertação de Valores Retidos

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 11510, de 26/03/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6823/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar o auto de vistoria que considera que os defeitos detetados na empreitada “Reparação de 35 Habitações (PROHABITA) no Bairro da Fonte da Talha” são pouco relevantes e não justificam a não libertação da caução, nos termos do n.º 5 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto;**
- **Aprovar, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo diploma legal, a libertação de 60% da caução total da obra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.3. Imóvel sito na Rua do Moreno, nº 7 – vistoria

Para este assunto, e com base na informação n.º 8816, de 06/03/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6824/2013 (06/05/2013):

- **Ordenar o proprietário da moradia sita na Rua do Moreno, n.º 7, Mário Duarte da Fonseca, a execução das seguintes obras, nas condições mencionadas no parecer da DRCC veiculado pelo ofício n.º S-2012/1742 (C.S:807577), as quais devem ser iniciadas no prazo de 45 dias úteis e concluídas 90 dias após o seu início, sendo esta notificação feita ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 89º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março e o seu incumprimento fará incorrer num processo de contraordenação:**
Reparação da rede de drenagem de águas pluviais, incluindo substituição dos elementos degradados das caeiras e tubos de queda, de acordo com o ponto V das Recomendações Técnicas.
Reparação/substituição das caixilharias e respetivos peitoris da fachada posterior, mantendo as suas formas e acabamentos, com substituição, por elementos idênticos, dos elementos danificados e/ou apodrecidos, de acordo com o ponto III das Recomendações Técnicas.
Colocação do esquentador fora da instalação sanitária e com ventilação direta para o exterior.
- **Notificar os coproprietários do prédio sito no Terreiro do Marmeleiro, n.º 9-10 (Maria do Céu Cortinhas Duarte Coelho Martins, João Nuno Ferreira Coelho Mendonça Soares e Maria Margarida Ferreira Coelho Mendonça Soares da presente deliberação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.4. Imóvel sito na Rua Vila Mariana, nº 89 – Fala – posse administrativa

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 12504, de 04/04/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6825/2013 (06/05/2013):

- **Determinar a posse administrativa do prédio sito na Rua Vila Mariana, n.º 89 – Fala, propriedade de Clarisse Quintans de Lemos Braga Almeida Lemos, ao abrigo do disposto no ponto 1 do art. 91.º e art.º 107.º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março, a fim da Câmara Municipal de Coimbra realizar obras prescritas no Auto de Vistoria de 3 de maio de 2011.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.5. Imóvel sito na Rua de Saragoça, nº 25 – águas furtadas – vistoria

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 9259, de 08/03/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6826/2013 (06/05/2013):

- **Determinar a posse administrativa do prédio sito na Rua de Saragoça, n.º 25, propriedade de António Manuel Carvalho Perdigão, Virgínia Maria Carvalho Perdigão e herdeiros de Maria de Lurdes Carvalho Antunes, ao abrigo do disposto no ponto 1 do art. 91.º e art.º 107.º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março, a fim da Câmara Municipal de Coimbra realizar obras prescritas no Auto de Vistoria de 04/10/2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.6. Imóvel sito no Terreiro do Marmeleiro, nºs 9 e 10 – vistoria

Para este assunto, e com base na informação n.º 8892, de 06/03/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6827/2013 (06/05/2013):

- **Ordenar aos coproprietários do imóvel sito no Terreiro do Marmeleiro, n.ºs 9 e 10, a execução das obras prescritas no Auto de Vistoria de 27/04/2012, nas condições mencionadas no parecer da DRCC veiculado pelo ofício n.º S-2012/1741 (C.S:807594), as quais devem ser iniciadas no prazo de 45 dias (após receção da devida notificação) e concluídas 90 dias após o seu início, sendo esta notificação feita ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 89º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL 26/2010 de 30 de março e o seu incumprimento fará incorrer num processo de contraordenação;**
- **Notificar o vizinho queixoso, Mário Duarte da Fonseca, da presente deliberação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.7. Beneficiação e Tratamento dos Espaços Comuns dos Imóveis Municipais do Bairro da Fonte da Talha - vistoria

A empreitada identificada em epígrafe foi adjudicada à empresa M.T. Instalações Elétricas, Águas e Saneamento, Lda. por deliberação de Câmara de 5919/2005, de 31 de janeiro, tendo a referida empresa entrado em processo de insolvência e sendo indicada como Administradora de Insolvência (A.I.) a Dr.ª Paula Carvalho Ferreira.

Devidamente convocado para estar presente em vistoria a realizar nos trabalhos da obra, em 28/02/2013, a A.I. não compareceu nem justificou a falta, sendo, através de ofício enviado em 12/03/2013, notificada do conteúdo do auto de vistoria, bem como do prazo de 30 dias para reparar as deficiências.

Passado o prazo legal para apresentar reclamação, a A.I. veio requerer a marcação de nova data para a vistoria ao local, justificando que esteve impedida de praticar quaisquer atos por motivo de doença, apresentando dois atestados médicos para períodos que não coincidem nem com a data de vistoria, nem com o prazo para justificar a ausência na mesma.

Assim, e com base na informação n.º 14038, de 16/04/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6828/2013 (06/05/2013):

- **Indeferir o pedido da Administradora da Insolvência;**
- **Suspender a contagem do prazo para reparação das anomalias de execução entre 4 de abril de 2013 e a data de comunicação do indeferimento do pedido.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura, o Sr. Vereador Francisco Queirós retomou a ordem de trabalhos.

PONTO XIV. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

XIV.1. Daniela Mendes Batista – realojamento – Urbanização do Loreto, Lote 4 – 8º A

Para o assunto supra identificado, e com base na informação n.º 12978, de 08/04/2013, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6829/2013 (06/05/2013):

- **Celebrar um contrato de subarrendamento entre o Município de Coimbra e Daniela Mendes Baptista, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma, para a habitação de tipologia T1 sita na Urbanização do Loreto, Lote 4 – 8.º A, com a renda mensal de € 5,00;**
- **Aprovar o pedido de mudança efetuado por Daniela Baptista para habitação de tipologia T3, devendo ao mesmo ser atribuídos 33 pontos e aguardar habitação municipal adequada conforme listagem de priorização.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XV. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XV.1. Aquisição de gasóleo a granel para abastecimento das viaturas que compõem a frota dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – adjudicação – ratificação

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** perguntou se ainda não é possível fazer esta aquisição através da CIM do Baixo Mondego e qual a situação relativamente ao diferendo que opõe esta Câmara Municipal ao Tribunal de Contas no que diz respeito a esta matéria.

O Sr. **Presidente** esclareceu que não existe ainda nenhuma decisão do Tribunal de Contas ao recurso apresentado pela Câmara Municipal e que o processo de aquisição através da Comunidade Intermunicipal se encontra a ser preparado para entrar em vigor no próximo ano.

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 22335, de 23/04/2013, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6830/2013 (06/05/2013):

- **Ratificar o despacho de 23/04/2013 do Sr. Presidente, que homologou a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra da mesma data, que adjudicou à “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A” (Galp Energia SGPS, S.A), o fornecimento de gasóleo a granel, pelo período máximo de 30 dias ou até atingir o preço contratual ou logo que se inicie a execução do contrato de aquisição de gasóleo a granel, em conformidade com a cláusula 2.ª do caderno de encargos, pelo valor total de € 189.478,20, acrescido de IVA (tendo por base o preço unitário PVP/litro do gasóleo à data da proposta de € 1,1415 (IVA não incluído), sobre o qual incide um desconto de € 0,1061 (IVA não incluído)), com as seguintes condições:**
 - Prazo de entrega – 24 horas;
 - Forma de alteração de preços – o gasóleo rodoviário será fornecida pelo preço de referência Petrogal que vigorar no momento de entrega;
 - Faturação mensal;
 - Prazo de pagamento – 60 dias a contar após a receção da fatura pela entidade adjudicante;
 - Tudo nos termos do Caderno de Encargos, Convite e Proposta Final;
 - Conforme o estabelecido no n.º 2 do art.º 125.º do CCP, não há lugar à realização da audiência dos interessados.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XVI. ASSUNTOS DIVERSOS

XVI.1. Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego – Transferência de Contrapartida Nacional para a Agência para o Desenvolvimento de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego 2013

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada pelo Gabinete de Planeamento e Controlo a informação n.º 13566, de 11/04/2013, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6831/2013 (06/05/2013):

- Autorizar, nos termos do disposto no art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as posteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a transferência para a Agência para o Desenvolvimento de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego no valor de € 6.596,89, repartido por quatro trimestres e transferido de forma faseada, como apoio à contrapartida nacional autárquica.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XVI. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a comparência de nenhum dos inscritos.

Nesta altura, ausentou-se o Sr. Vereador José Belo.

PONTO XVII. ADENDA

XVII.1. MOBILIDADE E GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

XVII.1.1. Passagem Hidráulica sob a ex- EN1 – Rio dos Fornos – Construção – Receção Definitiva de Preços

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada pela Divisão de Mobilidade e Gestão do Espaço Público a informação n.º 13518, de 11/04/2013, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6832/2013 (06/05/2013):

- Aprovar o pagamento à firma Oliveiras, S.A. da quantia de € 7.241,36 (acrescido de IVA), que corresponde ao valor da Revisão Definitiva de Preços dos autos de trabalhos normais n.ºs 1 a 9, inclusive, da empreitada “Passagem Hidráulica sob a ex- EN1 – Rio dos Fornos – Construção”.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.2. GESTÃO DE OBRAS

XVII.2.1. Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra – Revisão de Preços Provisória n.º 9

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada pela Divisão de Equipamentos e Edifícios a informação n.º 6122, de 18/02/2013, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6833/2013 (06/05/2013):

- Aprovar a 9.ª Revisão de Preços Provisória da empreitada “Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra”, no valor de € 455.019,16 (acrescido de IVA), devendo ser deduzidas as importâncias faturadas nas revisões de preços provisórias n.º 1 a 8, no valor de € 410.394,33 (acrescido de IVA), sendo o valor líquido a faturar de € 44.624,83 (acrescido de IVA).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.3. CENTRO HISTÓRICO

XVII.3.1. Aníbal José Mendes Ginja Brandão dos Santos Viegas – Imóvel sito em Rua Antero de Quental n.ºs 21/ Sé Nova – Atribuição de Nível de Conservação

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada pelo Gabinete para o Centro Histórico a informação n.º 13798, de 15/04/2013, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6834/2013 (06/05/2013):

- Atribuir o nível de conservação médio ao imóvel constituído por cave, rés-do-chão, 1.º andar e águas furtadas, localizado na Rua Antero de Quental, n.º 21, freguesia da Sé Nova, de acordo com o Auto de Vistoria n.º 3/2013 e respetivos anexos A e I, propriedade de Aníbal José Mendes Ginja Brandão dos Santos Viegas.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.4. QUALIDADE DE VIDA

XVII.4.1. Colégio dos Órfãos de S. Caetano da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra – Apoio

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que não se percebe que sendo a autarquia parceira do projeto Eco-Escolas o representante da Câmara Municipal, numa reunião realizada no âmbito desse projeto, tenha dito não poder fornecer um ecoponto por essa ser uma questão da ERSUC. Assim, e perante a informação agora em análise, com vista à atribuição dum mini ecoponto a esta instituição, o Sr. Vereador disse que gostaria que lhe explicassem a que se deve esta dualidade de critérios.

Para o assunto em epígrafe, foi elaborada pela Divisão de Ambiente a informação n.º 14646, de 18/04/2013, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6835/2013 (06/05/2013):

- **Ceder ao Gabinete de Educação Social do Colégio dos Órfãos de S. Caetano da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra um mini ecoponto (composto por 3 contentores de 35 litros nas cores azul, amarelo e verde), estimando-se o valor total do apoio, com o respetivo transporte e montagem, em € 130,27.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.5 ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO

XVII.5.1. 6.ª Caminhada Solidária – Parque Manuel Braga – Apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 15291, de 24/04/2013, do Estádio Municipal Sérgio Conceição, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6836/2013 (06/05/2013):

- **Isentar a Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa do pagamento de taxas pela colocação de uma banca no Parque Manuel Braga, no próximo dia 26 de maio, destinada à receção de inscrições e distribuição de água aos participantes da 6.ª Caminhada Solidária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.5.2. Liga de Futsal Amadora de Coimbra – Taça das Regiões do Futsal Amador – Utilização do Pavilhão Multidesportos

Para este assunto, foi elaborada a informação n.º 15265, de 24/04/2013, do Responsável Técnico do Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia, que se transcreve:

“ENQUADRAMENTO

A pedido da Liga de Futsal Amadora de Coimbra, sgd 18255, de 3 de Abril de 2013, que anexo, venho informar que esta organização pretende realizar no PMDMM um jogo da Taça das Regiões de Futsal Amador, sendo que este jogo será efetuado com a “seleção da Liga de Futsal Amadora” do Distrito de Aveiro.

Refere a entidade que a Liga Amadora “exerce um serviço de cidadania exemplar, promovendo a prática desportiva regular e saudável, permitindo uma competição aos atletas que não têm a possibilidade de jogar futebol federado.

A Liga Amadora de Futsal de Coimbra existe à 5 anos, e dedica-se à organização de um campeonato amador, com um total de 23 equipas, e com mais de 300 atletas que praticam desporto amador.

Esta liga pauta-se pela conduta de Fair Play e desportivismo e tem intervenientes desde os 16 aos 50 anos, utilizando vários pavilhões/infraestruturas existentes no concelho de Coimbra.

No seguimento do anteriormente referido, venho propor a V. Exa. que, salvo melhor opinião, a CMC poderia associar-se a este evento na medida em que já é um Campeonato com visibilidade na nossa cidade, a saber:

- A Liga nasceu na época 2008/2009 e já conta 5 épocas desportivas ininterruptas
- Durante uma época desportiva são disputados vários trofeus, nomeadamente o campeonato, taça da liga, supertaça e torneios de abertura e encerramento.
- Ao longo destes têm participado, em média, 16 equipas por época, com o mínimo de 15 elementos por equipa.

- Este ano, considerando a elevada procura de equipas, que pretendiam participar nesta Liga, foi criada uma 2ª Liga com 5 equipas, que, face à procura até agora manifestada, seguramente aumentará para o próximo ano.

- Nesta época desportiva serão realizados 360 jogos.

- Pavilhões desportivos utilizados semanalmente:

Martim de Freitas

Eugénio de Castro

Palheira

Cernache

Lordemão

Vil de Matos

São João

Marco dos Pereiros

Ribeira de Frades

Universitário

OAF

- Equipas envolvidas na época 2012/2013:

Mancha Negra (A)

Mancha Negra (B)

Troika

Lobos (ARCD Casal do Lobo)

Aeminium FC

Números Irreverentes

CIR Torre de Bera

Buba Juniores

Mansturbinas

CSD Sanatana

Drink Team

RC Soft

Goal United

Shaktar Desonesto

All United

Sociedade Anónima Desportiva

RC Rasgatanga

Futsal Festivaleiros

Pimentinhas

Os Simpsons

Os Magnatas

Historial:

| Época | Competição | Vencedor |
|-----------|----------------------|-------------------|
| 2012/2013 | 2ª Liga | Pimentinhas |
| 2012/2013 | Torn. Abert. 2ª Liga | Pimentinhas |
| 2012/2013 | Supertaça | Núm. irreverentes |
| 2011/2012 | Taça | Núm. Irreverentes |
| 2011/2012 | Liga | Núm. Irreverentes |
| 2011/2012 | Supertaça | Núm. Irreverentes |
| 2011/2012 | Torneio Abertura | RCSOFT |
| 2010/2011 | Taça | Lordemão Star |
| 2010/2011 | Liga | Núm. Irreverentes |
| 2010/2011 | Supertaça | RCSOFT |
| 2009/2010 | Liga | RCSOFT |
| 2009/2010 | Taça | RCSOFT |

| | | |
|-----------|--------------|------------|
| 2009/2010 | Supertaça | RCSOFT |
| 2009/2010 | Taça da Liga | LogicPulse |
| 2008/2009 | Liga | RCSOFT |
| 2008/2009 | Taça da Liga | FC Niggaz |

Informo ainda V. Exa. que esta “Liga Amadora da Futsal”, é disputada em vários países europeus, nomeadamente na Holanda e têm o apoio das respetivas Federações de Futebol. Possuem também uma Liga Nacional Amadora de futsal, coisa que ainda não acontece no nosso país, por estar a dar os primeiros passos.

Faz parte do Regulamento da Liga de Futsal Amadora de Coimbra (<http://ligafutsalcoimbra.blogspot.pt>) apenas a inscrição de 1 elemento federado por equipa, o que daqui se depreende que é uma Liga que promove o desporto para a população não federada, na qual estão a participar entre jogadores, treinadores e dirigentes cerca de 450 pessoas.

Para a escolha da seleção que representará a cidade de Coimbra foi colocada à votação de todos os participantes a escolha de 10 elementos entre todas as equipas, excluindo os federados.

Aveiro é uma das cidades, a par de Coimbra, onde existe um campeonato de Futsal Amador. Este ano vão-se disputar 2 jogos (1 em Coimbra e outro em Aveiro) para se apurar a Cidade vencedora de Futsal Amador.

Assim, é nosso entendimento que a Câmara Municipal de Coimbra poderá associar-se a este evento disponibilizando, para o efeito o Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia, no próximo dia 12 de Maio, às 19H30.

É nossa convicção que a realização do jogo entre Coimbra e Aveiro será um evento desportivo de destaque, que muitos aficionados desta modalidade não deixarão de apoiar.

Compete-me ainda informar V. Exa, que não há quaisquer eventos agendados para este horário no dia 12 de Maio de 2013 que colida com esta manifestação desportiva.

COMPETÊNCIAS

À Camara Municipal de Coimbra cabe a responsabilidade de disponibilizar o espaço para o evento no dia 12 de Maio de 2013 das 19h30 às 20h30 com a preparação do campo para o efeito.

Até ao momento, nada mais foi solicitado.

RECURSOS

HUMANOS

- Os integrados no normal funcionamento da instalação a partir das 08h00 até às 20h00.

MATERIAIS

- Até ao momento, nada foi solicitado.

CUSTOS ASSOCIADOS

ISENÇÃO DE TAXAS (todos os serviços da CMC que acionem têm custo previsto no regulamento de taxas)

| Descrição da aquisição | Valor | Centro de Custos |
|------------------------|--------|------------------|
| 1h período Noturno | 63.10€ | 031197 |

PROCESSO DE AQUISIÇÃO

| Descrição da aquisição | Valor | Rubrica |
|------------------------|-------|---------|
| | | |

PROPOSTA

Pelo exposto, sou a propor realização do evento Taça das Regiões – Futsal Amador organizado pela Liga de Futsal Amadora de Coimbra, de acordo com a tabela abaixo.

| | | |
|--------------|------|---|
| PLANIFICAÇÃO | Data | 12 de Maio de 2013 |
| | Hora | 19:30 até terminar a preparação do espaço |

| | | |
|----------|---------------------|--|
| | Local | Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia |
| | Competências da CMC | Disponibilizar o espaço para o evento; |
| RECURSOS | Material | Não foram solicitados até ao momento quaisquer recursos; |
| | Humanos | Dois funcionários para efetuar o acompanhamento da preparação do espaço, a partir das 00h00 até terminar a preparação; Os integrados no normal funcionamento da instalação a partir das 08h00 até às 00h00. |
| CUSTOS | Isenção | 61.30€ |
| | Aquisição | 0€ |

É nosso entendimento que um evento desta natureza, que dinamiza o desporto não federado na cidade, é um exemplo de organização e dinâmica que poderá servir de modelo para outras modalidades pelo que poderá ser considerado um evento de INTERESSE MUNICIPAL.

Sendo assim e ao abrigo do Artigo 8º - Isenção ou Reduções, no ponto 9, “Excecionalmente, poderá haver lugar à isenção ou redução do pagamento de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal...”

Caso seja entendimento de V. Exa. não aprovar esta proposta de isenção de taxas, sugiro que a iniciativa se mantenha com o pagamento de utilização no valor de 63.10€ acrescido de IVA, no balcão desta instalação desportiva.

Salvo melhor opinião, proponho que esta informação seja presente a Reunião de Executivo Municipal, com o intuito de se proceder à aprovação do evento bem como, da isenção de taxas no valor de 61.30€.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6837/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar as propostas constantes da informação n.º 15265/2013 do Responsável Técnico do Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.5.3. Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição – Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade” – 7.º Festival de Natação “A Brincar com o Vigor” - Apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 12884, de 05/04/2013, da Diretora Técnica do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6838/2013 (06/05/2013):

- **Isentar o Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade” do pagamento de taxas pela utilização da piscina de 25m e do tanque de aprendizagem do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, como apoio à iniciativa “Festival de Natação – A Brincar com o Vigor”, a decorrer no próximo dia 25 de maio, sendo que as mesmas ascenderiam a € 512,50;**
- **Informar a referida entidade que a utilização do insuflável aquático está sujeita ao pagamento de € 6670 (acrescido de IVA), por 90 minutos de utilização, e não é sujeito a isenção.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.6. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

XVII.6.1. Projeto Trampolim – Programas Escolhas 5.ª Geração – Entidade Gestora, Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola n.º 10 – CASPAE – Atribuição de Subsídio

Para este assunto, e com base na informação n.º 13562, de 11/04/2013, da Divisão de Gestão do Parque Habitacional/Centro Municipal de Ação Social, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6839/2013 (06/05/2013):

- **Atribuir ao Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N.º 10, entidade gestora do Projeto Trampolim, um subsídio no valor de € 17.500,00, a ser transferido em três tranches, da seguinte forma:**
 - 1.ª tranche – até 31 de maio de 2013;
 - 2.ª tranche – até 30 de agosto de 2013;
 - 3.ª tranche – até 29 de novembro de 2013.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura, o Sr. Vereador José Belo retomou a ordem de trabalhos.

XVII.7 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XVII.7.1. Adesão à Candidatura do Projeto PETITE e Participação Financeira da Comissão Europeia

O Sr. Vereador João Pedro Trovão disse, que, obviamente a adesão dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra a diversos projetos, como se tem verificado ultimamente, é importante não só para os SMTUC como para a própria cidade e o mesmo acontece, como é evidente, com esta adesão. Considera, contudo, que de há algum tempo a esta parte a cidade está envolvida e empenhada em diversos programas sem que, na realidade, se obtenha nenhum retorno comparativamente a outras cidades. Relembrou que na última reunião teve a oportunidade de colocar um conjunto de questões e como não obteve qualquer tipo de respostas teve a preocupação de as ir procurar pessoalmente. Assim, constatou que no que diz respeito ao CIVITAS estavam previstas 8 medidas, com implementação no período compreendido entre 2008 e 2012, um projeto aprovado no valor de 2 milhões de euros, com um cofinanciamento da União Europeia acima de um milhão de euros. Face a estes dados importa, na sua opinião, apurar quais as medidas implementadas que se traduziram em mobilidade sustentável para o concelho de Coimbra e dos objetivos fixados quais aqueles que se atingiram. Ora, como se sabe, uma das metas previstas passava por aumentar entre 4% 5% o transporte de passageiros nos transportes públicos na cidade. Ora, pela análise dos indicadores constantes no Relatório de Gestão de 2012 esse objetivo não se concretizou uma vez que se perdeu capacidade de transportar utentes. O mesmo acontece, aliás, com a proposta de aumento, em cerca de 3%, do serviço Park em Ride, que sofreu mesmo uma redução de 0,4%, o que eventualmente pode ter a ver com a obrigatoriedade de utilização do bilhete de autocarro no próprio dia. Uma outra das pretensões deste programa (CIVITAS) passava por incrementar a velocidade comercial em 0,3KM/hora nas linhas de transportes públicos, o que também não se verificou, já que esta velocidade sofreu uma redução na ordem dos 0,6%. Um outro objetivo era reduzir 5% a taxa de acidentes mas, ao invés, verificou-se um aumento, que considera muito estranho, de 2,1%. Continuou, salientando que não considera normal que, face à diminuição da oferta, do número de passageiros e das carreiras não se tenha conseguido redução em 3% os combustíveis da frota como estava delineado. Os três programas de mobilidade que era previsto serem elaborados nunca chegaram, sequer, a ser estudados ou, pelo menos, se existem nunca foram aplicados. O Sr. Vereador disse, então, que em contraponto, gostaria de dar nota daquilo que uma cidade muito parecida com Coimbra, mais concretamente Cracóvia, da Polónia, conseguiu desenvolver através do CIVITAS. Cracóvia é uma das maiores cidades da Polónia, o seu centro tem um caráter histórico, tal como Coimbra, e uma relevância turística para o País. Disse que, desde 1990, a indústria daquela cidade sofreu uma reestruturação enquanto, simultaneamente, o congestionamento rodoviário se acentuou de forma considerável, tal como acontece cá e só não se verifica com mais intensidade porque ultimamente se tem perdido população. Ora, a manutenção e reforço de funções metropolitanas da cidade associada à melhoria real da qualidade de vida dos residentes tornaram-se nos principais desafios para o desenvolvimento da cidade no novo milénio. Assim, ao nível dos transportes, implementaram um master plano, aprovado pela assembleia municipal local, tendo como principal objetivo o transporte de passageiros e bens de forma eficiente, segura, económica e amiga do ambiente. Esta estratégia recorreu à implementação dum conjunto alargado de medidas e a atividades coordenadas no âmbito do projeto CIVITAS. É certo que ao invés de se candidatarem a 8 medidas, como Coimbra, candidataram-se a 18. Essas 18 medidas traduziram-se em melhorias na qualidade do sistema de transportes, introdução de veículos menos poluentes, instalações de vias segregadas para os diferentes tráfegos, sistemas de prioridade, melhoria de segurança de acesso a lojas de transportes públicos, informação audiovisual atrativa aos passageiros e outros novos serviços. Para além disso, foram implementadas medidas restritivas no que concerne ao acesso de automóveis e transporte de mercadorias ao Centro Histórico, outro desafio atual para Coimbra, nomeadamente na Alta. Importa, ainda, dizer, que estes procedimentos foram acompanhados por uma série de medidas mais leves que visavam grupos de utilizadores específicos, designadamente os estudantes e colaboradores universitários, jovens e comerciantes. Na cidade de Cracóvia foi adotada uma estratégia de incentivo e repreensão: com o objetivo de desencorajar o uso de transporte privado promoveu-se uma efetiva utilização de transportes públicos mas seguros, fiáveis e atrativos. As medidas foram todas interligadas e não implementadas de forma isolada, como se insiste em fazer em Coimbra. Para além disso, o núcleo

duro da equipa que coordenou e supervisionou o projeto estava sediado na Câmara Municipal mas a trabalhar em parceria com diversos players, quer privados, quer públicos. Esta equipa foi, também, responsável pela comunicação e promoção e, embora inicialmente se registasse alguma oposição, nomeadamente de comerciantes e algumas entidades, o público, em geral, aceitou a iniciativa e a estratégia que a cidade definiu ao nível dos transportes graças ao envolvimento, sobretudo do Presidente da Câmara e duma equipa forte e coesa. Em suma, o projeto e suas medidas entraram diretamente na agenda dos cidadãos, uma vez que foram amplamente discutidas e fortemente visíveis na comunidade com um amplo retorno para os mesmos. Todas estas medidas se traduziram numa redução de cerca de 34% no consumo de energia. No seu entender, os outros aproveitam as oportunidades que os projetos lhes oferecem, enquanto Coimbra ainda não definiu sequer uma estratégia já que ainda não percebeu que um programa tem de ser abrangente e não se pode limitar a sobreviver à custa de medidas avulsas, como aquelas que vão chegando ao conhecimento do público em geral. Finalmente, lamentou que ainda não tenha conseguido obter qualquer tipo de informação recente relativamente a este assunto apesar das inúmeras questões que tem colocado neste âmbito.

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 23804, de 03/05/2013, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6840/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a adesão da Cidade de Coimbra ao Grupo de Cooperação para os SUMP's de Pequenas Cidades, no âmbito dos Planos de Mobilidade Urbana Sustentável, face aos objetivos do Projeto PETITE.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVII.7.2. Projeto CH4ALLENGE – Participação da Cidade de Coimbra

Para este assunto, e com base no ofício registado sob o n.º 23802, de 03/05/2013, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6841/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a adesão da Cidade de Coimbra ao Projeto CH4ALLENGE, através dos SMTUC, tendo em conta o interesse que o mesmo reveste para a cidade.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a ordem do dia e apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Café Santa Cruz – Medalha de Mérito Empresarial – Grau Ouro

Para o assunto em epígrafe, foi apresentada a seguinte proposta da Sra. Vice-Presidente, através da informação n.º 16074, de 02/05/2013, que se transcreve:

“O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Senhor António Pinto dos Santos, em ofício dirigido a V. Ex.ª, de 21 de Março de 2013, vem propor a atribuição da Medalha de Mérito Empresarial ao Café Santa Cruz, espaço emblemático da Cidade de Coimbra. Na realidade, o Café Santa Cruz tem sabido gerir a sua atividade comercial com uma postura pró-ativa, revelando dinamismo e criatividade na sua relação com o público-cliente. Atividade essa que o texto enviado pelo autarca da Freguesia de Santa Cruz, que abaixo transcrevemos, fundamenta de forma cabal e elucidativa:

“O Café Santa Cruz é uma referência não só na Baixa, mas em toda a Cidade de Coimbra. Situado na Praça 8 de Maio, integra todos os roteiros internacionais e é um ponto de passagem obrigatório para todos os que visitam a cidade.

Construído, em 1530 para servir de igreja paroquial, o edifício conheceu outras funções após a sua dessacralização: armazém de ferragens, esquadra de polícia, armazém de canalizações e até estação de bombeiros! Desde Outubro de 1921, está classificado como Monumento Nacional e, a partir de 1923, alimenta a sua mística como café.

Em 2010 recebeu uma Menção Honrosa, no concurso Prémio Mercúrio – Lojas com História, promovido pela Associação Nacional de Turismo de Lisboa.

A Gerência do Café Santa Cruz tem como propósito preservar naquele ambiente secular, hábitos só visíveis nos cafés históricos e carismáticos - onde beber um café, folhear um jornal, ler um livro ou simplesmente conversar são rituais a eternizar. Neste sentido, tem dinamizado um conjunto de atividades que procuram promover o espaço, tais como a

projeção de documentários, a presença de contadores de histórias, o lançamento de livros e de revistas, música ao vivo, conferências e debates, momentos de dança, exposições, entre outras, sempre numa linha de ação que se pretende de divulgação da cultura e da história de Coimbra.

Em Julho de 2010, a Gerência do Café apostou na sua promoção com o lançamento de um CD de Fado de Coimbra, aliando a história deste local à riqueza do património imaterial da cidade.

Em Março de 2012, foi apresentado o “Crúzio”, um exemplo da doçaria regional coimbrã, apresentando uma embalagem criada a partir de pormenores do acervo decorativo do Café e do Mosteiro, difundindo, assim, uma parte importante do património da nossa cidade.

No âmbito do seu nonagésimo aniversário, desde o início do ano, e até ao próximo dia 8 de Maio, que todos os dias 8 de cada mês lançam um novo desafio à população:

-Em Janeiro foi a oferta de um “Crúzio” e um café, a quem se apresentasse com o código de barras inserido no jornal “Diário de Coimbra”;

-Em Fevereiro lançou a iniciativa “90 anos, 90 fotos”, cujo objetivo foi a criação de um “recordatório” fotográfico dos últimos 90 anos do Café Santa Cruz, que termina numa exposição – 90 anos, 90 fotos;

-Em Março será o lançamento do vídeo promocional dos 90 anos, que irá ser disponibilizado na página do facebook e também através da mailing list do Café Santa Cruz;

-Em Abril a apresentação do cartaz dos 90 anos.

-Para a semana de 6 a 11 de Maio estão planeados três grandes momentos que representam a história, o carisma, a vivência e o dia a dia deste café histórico. Por fim, no dia 11 de Maio, no âmbito destas festividades pretendem, lançar novos desafios para o futuro, no sentido do Café Santa Cruz continuar a ser um emblemático espaço de encontro e da cultura de Coimbra.

O Café de Santa Cruz comemora, a 8 de Maio de 2013, 90 anos de atividade ininterrupta em que, a atual Gerência se tem demarcado por uma postura empresarial dinâmica e positiva contrariando a desfavorável conjuntura nacional, e dignificando com a sua atuação quer, a atividade profissional que representa, quer, a Cidade. Uma equipa jovem receptiva a mudanças, mas que procura manter a originalidade do espaço como forma de o distinguir.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto no Regulamento das Distinções Honoríficas, Capítulo I, art.º 1º, alínea f) e do Capítulo 7, art.º 16º, na sequência do aprovado em Reunião de 21 de Março, vem a Junta de Freguesia de Santa Cruz propor à Câmara Municipal de Coimbra, a atribuição da Medalha de Mérito Empresarial à Gerência do Café de Santa Cruz.

Na perspetiva do acolhimento favorável por parte do Executivo Municipal, apresentamos a V. Ex.ª os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta de Freguesia
António Pinto dos Santos”

Face ao exposto, não posso eu deixar de concordar com as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz. Assim, considerando a dinâmica atividade levada a cabo pelo Café Santa Cruz, de forma ininterrupta ao longo de 90 anos, cumpridos em 2013, e, considerando ser esta casa comercial um espaço emblemático da e para a cidade de Coimbra, proponho que, ao abrigo do disposto no nº 3, do Artigo 1º, do Capítulo I, e do Artigo 16º, do Capítulo VII do Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Coimbra, o Município de Coimbra outorgue ao Café Santa Cruz a Medalha de Mérito Empresarial – grau Ouro.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6842/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a proposta da Sra. Vice-Presidente acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco/Coimbra – Trabalhos a mais e a menos – 2.º Adicional

Para este assunto foi apresentada a informação de 02/05/2013 da Direção Municipal, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6843/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Coimbra e a sociedade MRG – Engenharia e Construção, S.A., referente à empreitada “Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco/Coimbra – Trabalhos a mais e a menos – 2.º Adicional”, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

3. Projetos do Programa IEE (Intelligent Energy Europe) – candidaturas

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 16138, de 03/05/2013, da Divisão de Promoção e Reabilitação da Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6844/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a participação da Câmara Municipal de Coimbra como entidade parceira e cobeneficiária nas candidaturas dos projetos CERTuS e LUDIS, que integram o Programa IEE (Intelligent Energy Europe).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

4. Queima das Fitas – apoio

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 16105, de 02/05/2013, da Divisão de Juventude, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6845/2013 (06/05/2013):

- **Atribuir à Comissão Organizadora da Queima das Fitas de Coimbra 2013 uma comparticipação financeira no valor de € 5.000,00, para assegurar as despesas de transporte a efetuar pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra decorrentes da execução dos circuitos especiais durante as “Noites do Parque”, no período de 4 a 11 de maio;**
- **Aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a Comissão Organizadora da Queima das Fitas de Coimbra 2013, no âmbito do evento “Queima das Fitas 2013”, que, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

5. Concurso Público para a constituição do direito de superfície sobre um imóvel destinado à construção e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, com possibilidade de exploração de gases de petróleo liquefeito (GPL) e de carregamento de baterias, sito na Av. da Lousã, freguesia de Almedina – aditamento ao caderno de encargos e programa de concurso

Para este assunto, e sendo verificada a necessidade de clarificar as regras relativas à forma de pagamento do valor do contrato para o concurso público identificado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 16292, de 03/05/2013, do Gabinete de Cadastro e Solos, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6846/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar o seguinte aditamento de um n.º 6 ao artigo 1.º do Caderno de Encargos e do Programa de Procedimento do Concurso Público para a constituição do direito de superfície sobre um imóvel destinado à construção e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, com possibilidade de exploração de gases de petróleo liquefeito (GPL) e de carregamento de baterias, sito na Av. da Lousã, freguesia de Almedina:**

“Artigo 1.º

Objeto, modalidade, prazo, valor e forma de pagamento

(...)

6. Como forma de pagamento, a ter início aquando da assinatura do contrato, é definida a modalidade de pagamento por prestações mensais, mediante a seguinte fórmula: $P_m = V_c / 20A / 12M$, em que P_m corresponde à prestação mensal, V_c corresponde ao valor do contrato, A ao número de anos do contrato e M ao número de meses do ano.”

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

6. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro – representantes da Autarquia

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** considera que a proposta agora apresentada visa, de certa forma, tentar corrigir uma situação que não se justifica que tenha acontecido. Na verdade, não se compreende que um organismo tenha direito à participação na comunidade escolar, designadamente no Conselho Geral de um agrupamento de escola, e depois esquecerem-se que há decisões importantes que cabem ao respetivo Conselho Geral e, por falta de comparência da Autarquia, se tenham verificado os resultados que foram entretanto divulgados e que contribuíram para a não recondução no cargo do atual Presidente do Agrupamento. Considera que a Câmara Municipal tem uma grande responsabilidade na área da Educação e nos mecanismos de funcionamento democrático das Escolas e que tem que assumir essa responsabilidade. Por outro lado, chamou a atenção para o facto de se estar a nomear para representante da Câmara Municipal uma pessoa que já tem acento no Conselho Geral por indicação de uma Junta de Freguesia.

Assim, e face às dúvidas apresentadas este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

7. Novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos

Para este assunto, o Sr. Presidente veio dar conhecimento do ofício registado sob o n.º 17650, de 30/04/2013, remetido à Presidência da República, onde mostra discordância da aprovação pelo Conselho de Ministros, em reunião realizada no passado dia 11 de abril, do diploma que estabelece o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6847/2013 (06/05/2013):

- **Tomado conhecimento.**

8. Assembleia Geral do IParque – representante do Município

Para este assunto, foi apresentada a seguinte proposta, de 06/05/2013, do Sr. Presidente, que se transcreve:

“Considerando que:

- O n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, consagra a obrigatoriedade de adequação dos estatutos das entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, nas quais as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante, às novas disposições legais em vigor;
 - Para cumprimento da referida obrigação, procedeu-se à adequação dos estatutos da empresa local iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.;
 - Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do referido diploma legal, compete ao órgão executivo da entidade pública participante designar o representante desta na assembleia geral da respetiva empresa local;
- Propõe-se que a Câmara Municipal de Coimbra delibere manter a designação do Prof. Doutor Pedro Canastra Azevedo Maia como representante do Município na Assembleia Geral da empresa local iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M.,S.A.”

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** mostrou algumas reservas à nomeação do Prof. Doutor Pedro Canastra Azevedo Maia representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral do IParque uma vez que não conseguiu demonstrar ter conhecimentos relativamente a esta matéria apesar da competência que lhe é reconhecida noutros domínios.

Neste sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6848/2013 (06/05/2013):

- **Aprovar a proposta do Sr. Presidente acima transcrita.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Maria João Castelo-Branco e José Belo. Votaram contra os Srs. Vereadores António Vilhena, Carlos Cidade e João Pedro Trovão. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Luís Providência e Francisco Queirós.

9. EMYA – European Museum of the Year Award

Para este assunto, e com base na informação n.º 16483, de 03/05/2013, da Adjunta do Sr. Presidente, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6849/2013 (06/05/2013):

- **Efetuar um ajuste direto simplificado, ao abrigo do disposto no art.º 128.º do Código de Contratos Públicos, à agência de viagens Passepartout, pelo montante total de € 3.361,56, verba que se destina a custear a deslocação e o alojamento da comitiva integrada pela Sra. Vice-Presidente, pela Dra. Joana Loureiro, pelo Sr. Vereador Luís Providência, pela Dra. Ana Alcoforado, Diretora do Museu Nacional Machado de Castro, e por um colaborador do museu por esta indicado, que representará o Município de Coimbra na cerimónia de entrega do prémio EMYA – European Museum of the Year Award no próximo dia 18 de maio, na Bélgica, para o qual o Museu Nacional Machado de Castro está nomeado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

10. RUAS – Associação Univer(sc)idade - transferência

Para este assunto, e com base na informação n.º 15458, de 26/04/2013, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6850/2013 (06/05/2013):

- **Autorizar a transferência de € 25.000,00 à Associação “RUAS – Associação Univer(sc)idade”, em cumprimento do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos da referida Associação, aprovados no âmbito da candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

11. Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra – atraso no prazo de execução

Para este assunto, e com base na informação n.º 15986, de 02/05/2013, da Comissão de Acompanhamento da CMC (Divisão de Gestão de Obras), o Executivo deliberou:

Deliberação nº 6851/2013 (06/05/2013):

- **Conceder uma prorrogação graciosa do prazo da empreitada “Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra” de 60 dias, prorrogação que não dá ao empreiteiro direito a qualquer acréscimo de valor de revisão de preços em relação a este prazo, devendo a revisão de preços ser feita pelo cronograma financeiro contratual, conforme disposto no n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro,**
- **Aplicar as sanções contratuais a que alude o artigo 403.º do CCP, bem como a cláusula 11.º do caderno de encargos da empreitada, a partir da data de 25/05/2013.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

E sendo dezoito horas o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 20/05/2013 e assinada pelo Sr. Presidente e por Ana Maria Rodrigues Malho, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Apoio Jurídico e Administrativo.
